



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Solene “O Policial Penal frente aos novos desafios da profissão, após as mudanças trazidas pela Emenda Constitucional n.º 104 e pela nova legislação atinente à categoria”, realizada em 11/11/2024.

SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Senhoras e senhores, bom dia. Sejam todos muito bem-vindos ao Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Centro Cívico, Curitiba, Capital do Estado. Nesta manhã temos a honra, a satisfação e a alegria de recebê-los para esta importante Sessão Solene, que também é uma Audiência Pública, proposta aqui pelos nossos amigos Policiais Penais do Paraná. A proposição é da Sr.^a Deputada Flávia Francischini e do Sr. Deputado Delegado Tito Barichello, que têm a honra de realizar esta Sessão Solene, cujo tema é o papel da Polícia Penal frente aos novos desafios da profissão após as mudanças legislativas. Senhoras e senhores, neste instante, iniciando de fato os trabalhos, convidamos ambos os Deputados que são proponentes desta importante Audiência Pública: a Deputada Flávia Francischini e o Delegado Tito Barichello, acompanhados pelo Deputado Professor Lemos, que também nos concede a honra da presença. Senhoras e senhores, convidamos agora a Presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Paraná – Sindarspen, a Dr.^a Vanderleia Leite; a Corregedora-Geral da Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen, Dr.^a Marlene Inês da Rosa; o Secretário de Estado da Segurança Pública, Cel. Hudson, não pôde estar conosco em virtude de agenda acompanhando o Governador no interior do Estado, mas encaminha uma importante representação, o Diretor de Gestão em Segurança Pública da Secretaria de Estado da Segurança Pública, Tenente-Coronel Roberto Sampaio Araújo; o Presidente da Associação dos Policiais Penais do Brasil, Dr. Ferdinando



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Gregório; o advogado criminalista, conhecido em todo Brasil, Dr. Elias Mattar Assad; o Diretor-Adjunto do Departamento de Polícia Penal do Paraná, Dr. Maurício Ferracini; o Vereador eleito de Curitiba no último pleito, Bruno Rossi.

Cumprimentamos e agradecemos a participação conosco, nesta ocasião, do Dr. Francisco Reinhart, da Receita Federal do Brasil aqui do Paraná e Santa Catarina. É importante comentarmos, também, a presença de importantes lideranças comunitárias que estão conosco, é o caso da Maria da Paz, que representa *Mulheres Guerreiras de Curitiba*, do Bairro Novo, do Sítio Cercado para o mundo. Passamos a palavra neste instante, para sua saudação inicial e abertura oficial desta Sessão Solene, à Deputada Flávia Francischini, Presidente desta Sessão. Viva o policial penal do Paraná! (Aplausos.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Bom dia. Que bacana, gente, olharmos daqui este Plenarinho cheio. Muita felicidade podermos estar aqui fazendo este evento, esta audiência pública, proporcionando para vocês este dia, esta data, este reconhecimento. Um reconhecimento que já era para existir há muito tempo, mas de pouco em pouco nós que somos calouros, que estamos aprendendo aqui na Assembleia e que somos da segurança, porque também somos a segurança, ficamos muito felizes em poder proporcionar esta data. Mas não é só uma data, queremos que este reconhecimento, esta valorização seja dia após dia, e podem contar conosco. “*Sob a proteção de Deus*”, declaro aberta a **Sessão Solene “O Papel do Policial Penal Frente aos Novos Desafios da Profissão Após as Mudanças Legislativas”**, aprovada por unanimidade nesta Casa de Leis. Convido a todos para ouvirem o Hino Nacional Brasileiro e, logo em seguida, o Hino do Paraná.

(Execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino do Estado do Paraná.)

SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Vamos agora, a pedido da Deputada Flávia Francischini, à exibição de um vídeo, especialmente preparado pela equipe da Deputada Flávia Francischini, em homenagem aos Policiais Penais do Paraná.

(Apresentação de Vídeo.)



SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS: E uma salva de palmas, senhoras e senhores, à Polícia Penal do Paraná, à equipe de produção e à locutora do vídeo. (Aplausos.) Reconheceram a voz? Justamente com a palavra, neste momento, ela que preside a Sessão, proponente, junto com o Deputado Tito Barichello, Deputada Flávia Francischini.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Muito bem-vindos. Estou muito feliz com a participação aqui do meu amigo Deputado Professor Lemos, do meu amigo aqui que veio para fazer parte comigo desta audiência pública, Delegado Tito Barichello. Senhora Vanderleia Leite, chegou o dia, nós que conversamos e planejamos, não é? Quantos meses, quantos cafés, quantas risadas e quantas questões a resolver. Para acontecer uma audiência não é de um dia para o outro, e saiba que as portas estarão sempre abertas do nosso gabinete. Ficamos muito felizes em poder fazer parte deste momento. Tenente-Coronel Roberto Sampaio Araújo, Diretor de Gestão em Segurança, representando o Cel. Hudson, muito bem-vindo. Senhor Ferdinando Gregório; Dr. Elias Mattar Assad, tão respeitado e agora podendo fazer parte conosco desta mesa; Sr. Maurício Ferracini, Diretor-Adjunto do Departamento de Polícia Penal do Paraná; e Bruno Rossi, nosso Vereador eleito agora em Curitiba, muito orgulho de ter você agora fazendo parte desta mesa conosco. Bem, gente, bom dia a todos. Estimados policiais penais, autoridades e demais presentes, sejam todos muito bem-vindos a esta Sessão Solene, a qual visa homenagear o trabalho de todos os policiais penais, bem como recordar o *Dia do Policial Penal*, o qual aqui no Paraná foi instituído através da Lei n.^o 21.189/2022 e é comemorado no dia 13 de novembro. É uma honra ter a oportunidade de falar sobre o papel fundamental que a Polícia Penal exerce para a segurança pública, para o desenvolvimento do sistema prisional e, acima de tudo, para construção de uma sociedade mais segura e justa. Abro aqui um parêntese para poder deixar o abraço do meu marido, Delegado Fernando Francischini, que participou com vocês em várias caminhadas na Câmara dos Deputados, mas que hoje é o *primeiro-damo*. Então, hoje, para eu estar aqui ele está cuidando do Bernardo, do nosso autista.



Costumamos brincar, quem está conosco todos os dias sabe, que brincamos que é o *primeiro-damo*, mas que tem um carinho especial por vocês, que nos ajudou e nos ensinou dentro de casa a ter esse respeito, esse amor pela polícia. A recente transformação dos agentes penitenciários em policiais penais, que se consolidou no ano de 2019, com a Emenda Constitucional n.º 104 e com as legislações estaduais como, por exemplo, aqui no Paraná, a Emenda Constitucional n.º 50 e a Lei Complementar n.º 245/2022, representam um avanço histórico para a categoria, que agora é reconhecida como essencial ao sistema de segurança. É importante contextualizar essa mudança para entender sua relevância. Por muitos anos, os agentes penitenciários desempenharam funções de extrema importância sem o devido reconhecimento institucional. Vocês eram e ainda são a linha de frente no enfrentamento dos desafios que o sistema prisional impõe. Um ambiente repleto de tensões, onde a ressocialização de pessoas condenadas e a preservação da ordem e da segurança demandam não apenas força, mas habilidade de comunicação, disciplina e equilíbrio emocional. Posso dizer que, com a minha experiência enquanto policial – tenho certeza de que o Tito também –, nós que vamos *in loco*, sabemos o trabalho de vocês e podem ter certeza que tem o total respeito e consideração nossa. Com a Emenda Constitucional n.º 104/2019, o Congresso Nacional corrigiu uma dívida histórica, reconhecendo oficialmente a Polícia Penal como parte da segurança pública, incluindo-a no rol das polícias do País, mas não paramos por aí. O Paraná, seguindo essa linha de valorização e reconhecimento, avançou com importantes medidas. Em 2021, por meio da Emenda Constitucional Estadual n.º 50, o Estado consolidou o Departamento de Polícia Penal como uma instituição permanente e essencial ao sistema de segurança pública estadual. Com essa medida, estabelecemos bases institucionais para que a Polícia Penal pudesse ser formalmente organizada, respeitada e valorizada como uma categoria independente, com seu próprio departamento e suas próprias normas. Ainda no ano seguinte, em 2022, promulgamos a Lei Complementar n.º 245, que criou o Quadro Próprio da Polícia Penal. Essa legislação foi um passo decisivo para estabelecer a carreira, definir



claramente os requisitos para ingresso, regular a progressão funcional e estruturar uma hierarquia que valoriza o mérito e a experiência. Ela oferece ao policial penal do Paraná uma base sólida para crescer profissionalmente, com direitos e deveres próprios, e garante a dignidade da carreira. No entanto, sabemos que a luta não termina com a criação de leis. O verdadeiro desafio agora é garantir que essas leis sejam implementadas e respeitadas no cotidiano de cada policial penal. Sabemos que a legislação é apenas o primeiro passo. Ela precisa vir acompanhada de investimentos concretos em infraestrutura, segurança e treinamento contínuo. Estamos cientes das dificuldades que vocês enfrentam: a superlotação dos presídios, a complexidade do ambiente prisional e, muitas vezes, a carência de recursos e suporte técnico adequado. São essas realidades que tornam o trabalho do policial penal uma das funções mais desafiadoras e, ao mesmo tempo, essenciais para a segurança da sociedade. A partir de agora, com o status de polícia e os direitos assegurados pelas novas legislações, os policiais penais passam a ter também novas responsabilidades. Isso inclui aplicação de medidas preventivas e ostensivas dentro das unidades prisionais, a segurança de perímetros externos e o papel de agentes transformadores no processo de ressocialização dos reeducandos. A sociedade espera que a Polícia Penal atue de forma efetiva, assegurando que os presídios sejam locais de correção e aprendizado, e não apenas de contenção. Para que esses objetivos sejam atingidos, o meu compromisso como Deputada Estadual é de lutar pela estruturação plena da Polícia Penal. Precisamos de investimentos em treinamento especializado, que capacita em vocês para enfrentar situações de risco e gerenciar o ambiente prisional com profissionalismo e segurança. Precisamos de suporte psicológico e programas de valorização, que reconheçam a importância de seu trabalho e ajudem a mitigar os impactos emocionais que uma rotina extenuante pode trazer. Reitero aqui o compromisso do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa com a valorização dos policiais penais, com a proteção de suas condições de trabalho e com a construção de uma carreira que seja digna e respeitada. Contem com o nosso apoio para que o Paraná continue



sendo pioneiro em valorização e estruturação da carreira de policial penal. Gostaria de encerrar esta fala com uma mensagem de valorização e respeito: vocês policiais penais não são apenas agentes da lei, são agentes de transformação social e protetores da ordem pública. Ao concedermos a vocês o reconhecimento institucional que merecem, estamos ao mesmo tempo fortalecendo a sociedade e aprimorando o nosso sistema de segurança pública. Esta Deputada estará ao lado de vocês em cada nova luta e desafio. Agradeço profundamente por estarem aqui e pela dedicação diária de cada um de vocês à segurança e ao bem-estar da sociedade paranaense. Muito obrigada e boa semana. (Aplausos.)

SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Na sequência, passamos a ele que é coproponente desta importante Sessão Solene, com a palavra o Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO: Quero, inicialmente, cumprimentar a Deputada Flávia Francischini, uma aguerrida lutadora por todas as questões vinculadas à segurança pública, faz ela parte da denominada Bancada da Bala, que nos auxilia sempre e está sempre lutando pelos interesses de todos os policiais. É uma Deputada que vocês podem contar diuturnamente. É um braço forte que nos ajuda, e muito, em todas as situações. Então, muito obrigado, Deputada Flávia. Cumprimento o Deputado Professor Lemos, nosso companheiro da Assembleia Legislativa. Cumprimento a Sr.^a Vanderleia Leite, Presidente do Sindicato dos Policias Penais do Paraná. Cumprimento a Sr.^a Marlene Inês da Rosa, Corregedora-Geral. Cumprimento o Tenente-Coronel Roberto Sampaio Araújo, Diretor de Gestão da Sesp, que representa o Secretário de Segurança Pública. Cumprimento o Sr. Ferdinando Gregório, Presidente da Associação dos Policiais Penais do Paraná. Cumprimento o Dr. Elias Mattar Assad, advogado criminalista, que conversei com ele agora pouco, e conversamos justamente que o trabalho do policial e do advogado são as duas faces da mesma moeda em um sistema democrático. Então, é muito importante a



presença de grandes advogados que lutem pelos direitos dos seus clientes, para haver o sistema de pesos e contrapesos dentro do ordenamento jurídico. Cumprimento o Sr. Maurício Ferracini, Diretor-Adjunto do Departamento de Polícia Penal do Paraná. Cumprimento o Vereador eleito Bruno Rossi. Parabéns pela eleição recente. Quero cumprimentar o Bonfim, Vice-Presidente do Sindarspen; o Neves, Diretor-Executivo; o Cristiano, Diretor de Base; o Fontoura, tesoureiro; e a Dejanira, que é diretora também do Sindarspen. Nosso muito obrigado pela presença. Inicio a minha fala mencionando o que me trouxe o meu Bispo, ontem, na Igreja O Alvo. Sou evangélico e, justamente ontem, ele tratou de uma passagem bíblica, de uma parábola em Mateus, que fala dos talentos, em que o Senhor entrega a um dos seus servos cinco talentos, a outro dois talentos e a um terceiro um talento. Aquele que recebeu cinco talentos, na volta do Senhor, apresentou mais cinco e foi parabenizado; aquele que tinha dois talentos apresentou mais dois e foi parabenizado; aquele que tinha um talento enterrou o talento e, além de ser criticado, foi penalizado perdendo o talento que tinha. Por que utilize essa palavra que veio ontem do meu Bispo da Igreja O Alvo? Porque a Polícia Penal, os antigos agentes penitenciários foram olvidados durante muitas décadas. Foram esquecidos pela sociedade, Deputada Flávia. Lembro muito bem de políticos, Deputados que diziam: *“Eu invisto em saúde, invisto em educação, mas não invisto em preso. Preso não merece investimento”*. E a população batia palma para esse discurso pueril, infantil e esdrúxulo. E o pior, senhores, é que muita gente ainda acredita nesse discurso. Já mudou e mudou muito, mas, infelizmente, ainda está introjetado em parte da sociedade uma teórica desnecessidade de investimento na última parte da persecução penal, porque a sociedade, e muitos políticos ainda veem, enxergam que o que é demais importante é o primeiro momento, é o trabalho ostensivo, em regra, da Polícia Militar, é o trabalho investigativo, em regra, da Polícia Civil, depois o Ministério Público, como titular da ação penal, a sentença prolatada pelo juiz e acabou o problema da sociedade. Não existe mais problema para a sociedade, porque o criminoso foi condenado. E por falta de cultura, cultura mesmo, porque se



debruçassem, Dr. Mattar Assad, o senhor que é um estudioso, em qualquer livro viriam que uma das funções da pena é a retribuição, é o mal pelo mal. Tem que haver uma consequência àquele que praticou o ilícito, mas também é a prevenção geral, é o recado dado à sociedade quando ele vê a pessoa presa de que não vale a pena delinquir. É a teoria psicológica de Ludwig Feuerbach. Ou então, esquecem o terceiro que é a ressocialização. Bem ou mal, o sistema penitenciário traz alguma perspectiva de ressocialização. E se críticas existem que me apresentem, então, um outro modelo, porque até hoje nenhum estudioso do Direito conseguiu descobrir uma outra forma de punição que não seja a segregação da liberdade. Então, temos que partir daquilo que temos hoje: que o sistema penitenciário é o único modelo plausível. E, como disse, foi esquecido por muito tempo. Eu, como delegado, fui chefe de cadeia por tempos inestimáveis e sei a tragédia e a dificuldade que é lidar com presos. Deixei de investigar, deixei de prender estupradores, deixei de prender homicidas e tinha a minha equipe, inclusive com um ex-agente penitenciário, que é o Cabelo, hoje Agente de Polícia, que está aqui, era agente penitenciário, ficávamos cuidando de presos. Com todo o respeito, tem a mesma dignidade de qualquer atividade, mas são atividades distintas, que demandam uma expertise, que demandam um conhecimento. Ninguém se torna investigador da noite para o dia, ninguém se torna policial penal da noite para o dia. Cuidar de preso não é levar alimento, não é levar remédio, não é ser babá de preso, muito pelo contrário. Quem duvida disso é só olhar as organizações criminosas que tomam conta do Brasil hoje. O PCC é o resultado da inépcia do Estado. O Estado é culpado pela existência do PCC. O Estado é culpado pela existência do PGC, do Comando Vermelho. Quem duvida disso é só estudar um pouco da história e vai verificar como surgiu o PCC no “Piranha”, que era a cadeia de Taubaté, no ano de 93. E não surgiu como organização criminosa, surgiu como instrumento para garantir direitos mínimos para os presos, para não serem estuprados, para não serem violentados, para não sofrerem violência física, para que as mulheres dos presos que vão visitá-los não fossem estupradas por outros presos. Então surge como? Pela ausência de uma Polícia



Penal estruturada. E hoje pagamos esse preço. Muitas pessoas mencionam a questão do Carandiru, do teórico Massacre do Carandiru, como início desta organização criminosa. E se tem um responsável pelas mortes, 111 mortes se não me engano, Deputada Flávia, se chama Luiz Antônio Fleury Filho, que era o Governador do Estado de São Paulo, que devia ir para a cadeia porque não investiu na Polícia Penal, porque deixou um monte de pessoas amontoadas lá, e quando surgiu o problema mandou resolverem. O que a Polícia Militar ia fazer com presos armados um matando o outro lá dentro? Entraram! E foram responsabilizados pela inépcia do Estado. Não investiu em salários, não investiu em estrutura, não investiu em treinamento. E aí a responsabilidade é de quem? Cadeia para o Governador do Estado! É o único caminho, porque não colocou verbas lá. Então, está na hora de parar de *passar o pano*. Temos que compreender que tudo precisa de investimento. Não existe educação, saúde e segurança sem investimento, de boa vontade o inferno está cheio. Felizmente, aqui no Estado do Paraná temos uma condição diferenciada, ainda, comparativamente a outros Estados da Federação. Não estou dizendo que aqui nós tenhamos, Deputado Flávia, um sistema perfeito, não, pelo contrário; e não estou dizendo que devamos nos espelhar em modelos piores. Não! Devemos buscar modelos de primeiro mundo e para isso precisamos, sim, cada vez melhorar a situação que envolve a Polícia Penal. Precisamos, sim, reestruturar os cargos. Precisamos, sim, exigir o terceiro grau. Para conseguir, com isso, não só o respeito da sociedade, mas, também, o retorno econômico proporcional aos agentes públicos quando têm o terceiro grau. Precisamos mudar regras que levem à melhoria salarial sem dúvida alguma. Então vocês podem contar com o meu apoio, a Deputada Flávia também está disponível para isso, o Deputado Professor Lemos pela presença dele demonstra aqui sua intenção inequívoca de trabalhar em prol da nossa Polícia Penal. Esta Sessão Solene, esta audiência pública, não importa, ela é primordial, ela é imprescindível e mostra a força do Sindarspen. Eu até parabenizei agora pouco, porque sem união vocês não chegam a lugar nenhum; sem vocês terem um grupo que tenha como escopo,



como objetivo alcançar um resultado, porque a política é a arte de somar. Simplesmente críticas, carreatas, passeatas, faixas, em regra não levam a nada. Muito pelo contrário, você consegue a desaprovação em tese do governante, que vê aquele que o enfrenta como um inimigo e o inimigo, em regra, nós não damos nada, sequer um abraço, sequer um cumprimento. A política se faz da forma como está sendo feita pelo Sindarspen, que está de parabéns: conversando, trocando ideias, visitando os deputados. Eu já perdi as contas de tantas visitas recebi. Às vezes, quando chego no meu gabinete eu digo: mas não precisa mais vim, já vieram várias vezes, já me entregaram aquela placa de mesa que parece um escudo. Já tenho duas daquelas. Já tenho duas. É por aí o caminho, é conversando, é trocando ideias. Então, vocês podem contar com o Delegado Xerifão que tudo que vier para esta Assembleia Legislativa, juntamente com a Deputada Flávia, que faz parte desta Bancada, vamos lutar pela aprovação. Não por vocês, mas pela sociedade, porque a sociedade paranaense precisa de um sistema penitenciário que seja exemplar. Aquele preso que hoje está segregado, que está encarcerado ele vai voltar! Mais cedo ou mais tarde, ele estará no nosso meio e a pergunta é: como que nós queremos esse ex-detento no nosso meio, em que circunstâncias? E mais: quais serão os contatos? Qual será o vínculo que ele criará com os ex-detentos? E ainda temos que evitar que essas organizações criminosas, que estão basicamente materializadas dentro dos sistemas penitenciários, e é uma semente do mal, e já está plantada no passado, infelizmente, elas não floresçam pelo menos aqui no Estado do Paraná, porque em outros Estados da Federação já perdi a esperança. Estive há pouco tempo no Rio de Janeiro, subi o morro no Rio de Janeiro e digo para vocês: não tem mais volta, não tem mais o que fazer. Não tem policial e pessoas transitando com fuzil. Carro sem placa significa o quê? São carros roubados transitando. Eu fui, obviamente, como turista, sem documento policial e sem levar o celular, porque me disseram que se eu chegasse lá e fosse identificado eu iria para o micro-ondas, que é aquele conjunto de pneus que colocam álcool e queimam em um lugar público como exemplo. Fui para ver! Foi me perguntado: “O que tem que



fazer lá?" Não sei, não saberia o que fazer. Não vejo caminho porque, fazendo uma analogia com a medicina, aquilo é um tumor maligno que tomou conta de uma forma do órgão que parece que precisa extirpar o órgão, mas não quero adentrar nesse meio. Nós não estamos, ainda, assim aqui no Estado do Paraná, e o Rio de Janeiro de hoje pode ser o Paraná de amanhã se não investirmos na Polícia Penal. Não é só investir em policiais de polícia ostensiva, em policiais de polícia investigativa, não é só investir no titular da ação penal, não é só investir no julgador, é investir na Polícia Penal. Então, vocês contem com o nosso apoio e parabéns ao Sindicato pela organização, pela união, que é o único caminho para nós alcançarmos resultado. Muito obrigado. (Aplausos.)

SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Deputado Tito Barichello, que também é proponente da audiência. Antes que se pronuncie o Deputado Professor Lemos, cumprimentar e agradecer as assessorias parlamentares que estão conosco, é o caso aqui do Elisson, que está representando a Deputada Ana Júlia; e demais também que estão representando os senhores deputados que ainda não puderam estar aqui conosco. Devolvemos a palavra para que possa fazer a condução desta Sessão Solene, a ela que é Presidente da Sessão, Deputada Flávia Francischini.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Convido agora para fazer uso da palavra meu colega Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS: Bom dia a todos. Quero parabenizar a todos os policiais penais do Paraná. Já estamos chegando ao dia 13 de novembro, dia dedicado em homenagem ao trabalho importantíssimo que faz a Polícia Penal no Estado do Paraná. Tive a felicidade de caminhar com a Polícia Penal, ainda como agentes penitenciários. Estou cumprindo o quinto mandato e tenho caminhado com vocês há muito tempo. Quero cumprimentar aqui a Deputada Flávia Francischini, proponente desta audiência, assim como o Deputado Tito Barichello, que também é proponente; a Vanderleia, Presidente do Sindarspen; e, ao cumprimentá-los, estender a todos que compõem esta Mesa, nesta Sessão



Solene que homenageia os policiais penais do Estado do Paraná. Tive a felicidade, também, de ser o autor da Lei que instituiu o 13 de novembro como o *Dia Estadual da Polícia Penal* no Estado do Paraná. Fiz isso ao lado de outros deputados. A Deputada Flávia e o Tito não estavam aqui ainda, não é? Estão agora no primeiro mandato junto conosco, mas já fizemos isso no passado e temos sempre a alegria de poder comemorar com vocês a luta e as conquistas. Lembro de caminhar com vocês ainda por concurso público, porque, na época, a maioria não era concursado e os contratos também não eram os contratos que deveriam ter sido celebrados para a Polícia Penal. O Neves, o vi por aqui, o Neves e entre outros da época, depois a Petruska, o Ricardo, enfim, várias lideranças que passaram pela Presidência do Sindarspen com quem nós pudemos caminhar, e muitas vezes vocês fazendo vigília aqui na frente, entre o Palácio e a Assembleia, passando aqui dias, fazendo cobranças que são importantíssimas. Pena que tivemos algumas lideranças que nos deixaram, não estão conosco para comemorar um dia tão importante como o que vamos comemorar com vocês aqui, hoje, já antecipando o dia 13 de novembro. Quero dizer que ainda têm coisas importantes para serem conquistadas, e que vocês trazem aqui à Assembleia. Recebi, no último período da Vanderleia e demais lideranças, documentos mostrando que ainda têm demandas que podem e devem ser atendidas pelo Estado, para garantir o pleno direito aos nossos policiais penais do Estado do Paraná. Inclusive o concurso público de novo, porque no documento que recebi já estamos com um número maior de contratos, sem concurso público, atuando no sistema penitenciário do Paraná. Isso não pode continuar, e vocês têm razão quando trazem essa reivindicação para a Assembleia, quando apresentam essa reivindicação ao Governo do Estado. Precisamos retomar o concurso público e ampliar o número de policiais penais tendo carreira no Estado. Isto é importante para a segurança pública, é importante para a sociedade paranaense. Você reclamam com muita justeza que a database tem que ser paga todo ano, não pode deixar para trás. E reclamam, também com muita justeza, que os aposentados que estão na inatividade não podem ficar



esquecidos quando você reestrutura a carreira. Isso também está correto. Aqueles e aquelas que deram a sua vida a favor do sistema de segurança do Estado do Paraná precisam ser sempre reconhecidos. Não é só quando está na ativa. E aí vocês trazem também reivindicações ainda que precisam ser atendidas com relação à carreira. Já melhorou a carreira? Já! Teve conquista? Teve. Sou testemunha disso, votei sempre aqui a favor dessas conquistas na Assembleia, ajudei no debate, fizemos muitas audiências aqui na Assembleia tratando de temas importantes. Avançamos? Sim! Mas ainda não avançamos o suficiente. Por isso, o Sindicato tem toda razão e faz um trabalho importantíssimo e pode contar sempre com o nosso apoio. Quero dizer que o trabalho que está aqui sintetizado neste livro que está sendo lançado, daqui a pouco teremos o lançamento, que tem o José Roberto Neves como o organizador, mas tem aqui texto da Waleiska Fernandes Figueiras, tem também a pesquisa do Rubem Almeida Mariano. Dizer para vocês que nós precisamos ler com muita atenção e não só ler para tomar conhecimento, mas, junto com vocês, cuidar para que as condições reclamadas aqui sejam de fato garantidas ao sistema penitenciário, em especial ao policial penal do Estado do Paraná. Quero, ainda em tempo, fazer uma saudação muito especial ao Dr. Elias Mattar Assad. Esse advogado respeitado no Brasil inteiro, também me livrou de ser demitido do Estado do Paraná por ser liderança que coordenava o Fórum dos Servidores, junto com o Neves, junto com várias lideranças, reivindicando mudança significativa para os servidores do Estado do Paraná. E aí tive que recorrer à sua sabedoria. Graças à sua competência, continuo como servidor público do Estado do Paraná há mais de 40 anos. Obrigado, Dr. Massar Assad! Obrigado a todos e a todas que aqui comparecem e que, mais uma vez, escolhem a Assembleia Legislativa para trazer as suas reivindicações, mas, também, para comemorar o *Dia da Polícia Penal*. Parabéns!

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Convido para fazer uso da palavra a Sr.^a Vanderleia Leite, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Paraná – Sindarspen. Acho que tem um vídeo programado. Ela pediu para passar. Tem como passar antes?



SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS: É o vídeo, então, Deputada, com vossa licença e permissão, e Dr.^a Vanderleia. É um vídeo em homenagem aos nossos policiais penais do Paraná, esse feito pelo Sindicato. Vamos lá então à exibição do vídeo neste instante?

(Apresentação de Vídeo do Sindarspen.)

SR.^a VANDERLEIA LEITE: Polícia Penal! Polícia Penal! Polícia Penal! (Aplausos.) Bom dia a todos e a todas. Pelo clima, vocês já sentiram que somos unidos e calorosos. Quero agradecer a participação de todos os policiais penais aqui presentes, os que vieram do interior, temos caravanas de várias cidades – Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Londrina, Cruzeiro do Oeste, Francisco Beltrão, Guarapuava, Ponta Grossa –, os policiais penais aqui da Capital e Região Metropolitana. Agradeço a participação de todos vocês e dos nossos valorosos veteranos. Nós estamos com vários aposentados aqui que estão sempre na luta. Meu reconhecimento pelo trabalho de vocês dentro do sistema penitenciário do Paraná. Quero saudar aqui a Mesa, primeiramente, a Deputada Flávia Francischini, proponente deste evento, nossa apoiadora, juntamente com o Deputado Tito Barichello. Agradecemos a proposição desta audiência pública, desta Sessão Solene em homenagem aos policiais penais. É bom sempre poder contar com vocês. Deputado Professor Lemos, que há anos nos acompanha, proponente, inclusive, da alteração legislativa do *Dia do Policial Penal*, que se transformou de Agente Penitenciário para Polícia Penal. Aos demais componentes aqui da Mesa. Na representação da Secretaria de Segurança Pública, o Tenente-Coronel Sampaio, agradeço a participação; nossa colega Marlene, que é Policial Penal Federal e Corregedora da Secretaria Nacional de Política Penitenciária. A Marlene veio de Brasília prestigiar o nosso evento. Agradeço a participação aqui, Marlene, mais uma vez vindo até o Paraná. Agradecer o nosso Presidente da Associação Nacional dos Policiais Penais. O Ferdinando mais uma vez nos agraciando com a sua presença. Obrigada, Ferdinando. E representando aqui o Departamento de Polícia Penal, nosso



Diretor-Geral-Adjunto Maurício Ferracini. Muito obrigada, Maurício, por estar aqui presente. Policial Penal que está sempre aí acompanhando as nossas demandas, atendendo muito bem o Sindarspen. Obrigada! E estendo meus cumprimentos ao Secretário Hudson, à Diretora Ananda, na representação de vocês aqui das instituições da segurança pública. E aqui, ao nosso lado, o Vereador Rossi, eleito, que faça uma boa gestão. E espero que as portas continuem abertas ali para a Polícia Penal, porque nós também vamos bater à porta, Vereador. E, não menos importante, nosso ilustre criminalista reconhecido no Brasil. Diz que é bom sempre ter um amigo criminalista, então já aproveito para estreitar os laços aqui, depois do relato do Professor Lemos. Obrigada, Dr. Elias Mattar Assad, por trazer a sua técnica, o seu conhecimento, a sua bagagem, para falar dos policiais penais. Às vezes, criamos o estigma de que advogado criminalista só defende a pessoa privada de liberdade e está aqui o nosso Dr. Elias Mattar Assad para fazer uma análise da evolução legislativa, defendendo a posição dos policiais penais, para mostrar que é plural essa questão e que temos esse reconhecimento por parte das pessoas que militam nessa área também. Pedi para passar o vídeo primeiramente, porque já traz um pouco da nossa mensagem. Os deputados já falaram com maestria sobre a Polícia Penal, mas trazendo um histórico dos avanços que tivemos em relação à Polícia Penal. Em 2019, o Sindarspen foi um dos protagonistas, junto com as demais polícias do Brasil, em relação à alteração que tivemos, que foi a Emenda 104, recepcionando no artigo 144 a Polícia Penal. De lá para cá, fizemos todo um trabalho dentro do Estado, da conjuntura estadual, para que fosse feita a recepção dessa alteração. Então, em 2020, tivemos a Emenda 50 recepcionando a Polícia Penal. Os avanços vieram graças a Deus, mas precisamos avançar mais, e é sobre isso que vamos falar um pouquinho aqui, hoje. A questão da Polícia Penal ter feito a alteração legislativa trouxe mais atribuições e mais responsabilidades, Deputada Flávia, Deputado Tito, Deputado Lemos, para a Polícia Penal, mais atribuições e responsabilidades, que temos atendido com maestria. Como bem falou o Deputado Tito, que é Delegado da segurança, a Deputada Flávia, que foi agente de segurança pública, e sabem o



quanto as organizações criminosas, as facções têm crescido no País e precisamos uma força de segurança forte, e isso também conta com o trabalho da Polícia Penal dentro das unidades prisionais. Com o advento da Polícia Penal, passamos a exercer a custódia das tornozeleiras eletrônicas, passamos a realizar escoltas prisionais. Costumo dizer com muita tranquilidade, Tenente, que o maior projeto de segurança pública da gestão do Governo Ratinho é a Polícia Penal. Por que digo isso? Porque as atribuições advindas da mudança legislativa foram passadas para a Polícia Penal. Tenho acompanhado as matérias da Agência Estadual de Notícias sobre a quantidade de apreensões de drogas, sobre captura de presos, que têm sido feitas depois do advento da Polícia Penal. Os números aumentaram e é importante isso, mas você tem a polícia que investiga, a polícia que prende e a Polícia Penal que custodia. Não somos babás de presos, não somos serviço de hotelaria, mas somos um braço da segurança pública. Esses resultados são da Polícia Penal, que tem feito esse trabalho. Vi uma matéria, na semana passada, da Agência Estadual de Notícias, Deputado Tito, que fala que a Polícia Civil fez mais "x" apreensões, na semana passada, de pessoas ali que estavam sendo investigadas graças ao fato da Polícia Penal ter absorvido as carceragens das Polícias Civis. Isso aconteceu de 2018 para cá, foram mais de 100 carceragens absorvidas pela Polícia Penal, para liberar a Polícia Judiciária para a sua atividade-fim e temos feito isso com maestria. Em 2018, custodiávamos, caso os próprios policiais penais não tenham esses números, cerca de 19 mil pessoas privadas de liberdade. Eu estava comentando com o deputado aqui ao meu lado que hoje, dentro das penitenciárias e unidades penais do Paraná, custodiamos 38 mil presos, o número dobrou. Então, aumentaram camas dentro das unidades penais, foram inauguradas unidades prisionais. Estou com uma relação aqui, não vou ler todas para não ficar maçante. E tem a previsão aqui de inaugurar mais nove unidades penais, porque há uma defasagem de vagas no sistema ainda, para abrigar os presos. Vi uma matéria do Governador que fala sobre os 12 mil presos que absorvemos das carceragens da Polícia Civil. Então, todo esse trabalho, todo esse resultado que vem sendo



colhido é uma integração de todas as forças de segurança, e a Polícia Penal faz parte desses resultados. Então, ela não pode continuar sendo esquecida, o senhor falou muito bem. Muitas vezes, não queremos falar sobre o preso, porque muitas vezes o preso é aquele estuprador, o sequestrador, o crime do “colarinho branco”. E aí o preso fica ali nos presídios como um depósito muitas vezes de pessoas, e o profissional que faz essa custódia também é alijado, mas não somos uma subcategoria dentro da força de segurança, somos qualificados. Quantos anos não ouvimos falar em rebeliões dentro do Sistema Penitenciário do Paraná? Por quê? Porque a Polícia Penal tem entregado o trabalho com maestria, com muita qualidade, com muita dedicação. Entrei no sistema penitenciário em 2009. Naquela época, éramos cerca de 4 mil policiais penais concursados, hoje somos 2 mil e 600. Então, você tem um número crescente de presos, de pessoas privadas de liberdade sendo custodiadas e decrescente de policiais penais, mas o trabalho está sendo entregue. Então, precisamos voltar os olhos para os policiais penais e a sociedade tem reconhecido isso. Graças a Deus, temos transformado isso. Ouvi aqui que somos transformadores de pessoas que passam pelo sistema e somos mesmo, porque somos o elo final da execução penal, como bem falou o Deputado Tito. As pessoas acham que a execução da pena termina na audiência, não termina ali. Você tem ali o policial que investiga, que prende, depois tem o Ministério Público que acusa, o advogado que defende, o juiz que julga. No Brasil não temos pena de morte, ele não sai dali e vai para uma guilhotina, vai para o sistema penitenciário. E o elo final da execução penal é a Polícia Penal, que faz com expertise esse trabalho. É uma polícia diferenciada, porque o trato no dia a dia dentro das galerias é diferente. Você tem que ter traquejo, tem que ter perfil para trabalhar com preso, senão você vira uma unidade por uma instabilidade causada por falta de perfil, Deputada Flávia. Precisamos desse reconhecimento. E o reconhecimento é importante através de estrutura, de armas, de viaturas, sim, é importante isso, já tem avançado bastante, mas queremos o nosso reconhecimento através da reestruturação da carreira. É disso que queremos falar um pouquinho hoje, chamar atenção sobre o que chamamos de adequação do



Quadro Próprio da Polícia Penal. Temos um quadro que precisa de alguns pontos a serem ajustados, já passou por assembleia da categoria, somos unidos nisso. Não há divergência entre o que pedimos e o que o Departamento de Polícia Penal pensa. Vamos ouvir, daqui a pouco, o Diretor-Adjunto Maurício e há consenso no que almejemos quanto carreira da Polícia Penal. O nosso Projeto de Reestruturação da Carreira passou pelo Conselho da Polícia Penal e foi aprovado por unanimidade. Depois disso, virou uma minuta feita pelo Departamento de Polícia Penal e tem o apoio do Secretário de Segurança Pública, que está aqui representando o Secretário o Tenente-coronel Sampaio. E esse projeto está hoje na Secretaria da Fazenda, Deputada Flávia. Queremos que a Casa Civil alinhe e mande esse projeto para esta Casa de Leis, tal qual foi feito para as outras polícias. Pedimos isonomia, pedimos equidade no tratamento. Legitimamente, todos os trabalhadores merecem esse reconhecimento. Houve a reestruturação da Polícia Judiciária e das Polícias Civis “*lato sensu*”, da Polícia Científica, dos delegados. Agora, dentro desta Casa de Leis já chegou um projeto dos bombeiros militares e dos policiais militares, pleito legítimo dessas categorias militares também, mas falta chegar o nosso. É esse apelo que fazemos aqui, hoje, que continue nos apoiando, dialogando com a Casa Civil, para que mande o nosso Projeto de Lei ainda em 2024 para cá. Gostaríamos de estarmos hoje comemorando, que já tivesse aprovado ou que tivesse chegado hoje uma Mensagem do Governador, mas até o último andamento que vimos está na Secretaria da Fazenda e precisamos desse reconhecimento. Para finalizar, para não ser extensa, quero dizer que a Polícia Penal merece, a Polícia Penal precisa e a sociedade reconhece. Já temos 19 Moções de Apoio das Câmaras de Vereadores de todo o Estado do Paraná, Vereador Rossi, inclusive da Câmara de Curitiba, reconhecendo e aprovando que a Polícia Penal merece e precisa. Feliz *Dia do Policial Penal* para todos vocês! É um prazer representá-los aqui. Deus abençoe a todos nós. Polícia Penal! Polícia Penal! Polícia Penal! Polícia Penal! (Aplausos.)



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Muito obrigada, Vanderleia, pelas palavras. Vamos ouvir agora o Dr. Elias Matar Assad, Advogado Criminalista.

DR. ELIAS MATAR ASSAD: Vou tentar falar por aqui. Quero saudar, em primeiríssimo lugar, a nobre classe dos policiais penais de nosso Estado; Ex.^{ma} Sr.^a Deputada Flávia Francischini; Deputado Delegado Tito Barichello; Professor Lemos, que lembrou de algumas lutas aguerridas do passado em busca de justiça. Fiquei muito feliz com a lembrança, Deputado Lemos. Coronel Hudson Leôncio, que hoje está sendo representado pelo Coronel Roberto Sampaio Araújo. E, também, aqui me reporto à Secretaria de Segurança Pública como um todo, pelos seus dirigentes. Marlene Inês da Rosa, que é Corregedora-Geral da Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen; José Roberto Neves, integrante do Conselho da Polícia Civil do Paraná; Maurício Ferracini, Diretor-Adjunto do Departamento de Polícia Penal do Paraná; e Ferdinando Gregório, mui digno Presidente da Associação dos Policiais Penais do Brasil. A nossa querida Vanderleia, que deixei para saudá-la de forma especial, porque notamos que quando a senhora fala das reivindicações da Polícia Penal os seus olhos brilham e fala com o coração e com a alma, e isto dá muita força ao argumento. Dizem que as entidades têm a estatura do seu Presidente, e a entidade dos policiais penais tem essa grande estatura e marcha para conquistas por ter na Presidência V.Ex.^a. (Aplausos.) Registro aqui a honra de estarmos juntos nesta data significativa para a Polícia Penal, pelas justas reivindicações que ouvimos aqui. Muito feliz com o teu convite, querida Presidente Vanderleia, e da visita que recebi de vocês, juntamente com o colega advogado da entidade, o Mario Barbosa, que está aqui conosco. Vamos falar da sociedade brasileira e paranaense. Não tem como ingressar nesse tema sem antes fazermos algumas observações. Temos três artigos da Constituição Federal que falam. O art. 5º: *“Todos são iguais perante à lei, sem distinção, garantindo aos brasileiros e estrangeiros a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e a segurança”*. Então, um dos fundamentos da nossa República Federativa é



realmente a segurança. E o art. 6º que fala nos direitos sociais, também fala em educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social etc., mas a segurança é repetida aqui. No art. 144 da Constituição Federal começa assim: “*A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública*”. Então, enumera as classes da nossa força pública nesse mesmo artigo, mas vamos prosseguir no Raio-X do problema. Quanto à criminalidade e à segurança pública brasileira, não tem como pensarmos só no problema sem imaginarmos o problema dos governantes, qual o problema que o governante enfrenta, senão não temos uma noção da dificuldade dessa administração toda. Bem lembrou o Deputado Barichello sobre o temor reverencial da pena, mas, na verdade, a delinquência quando vai praticar um ato não vai olhar no Código Penal. “Ah, se eu furtar a pena é menor”. Não! “Se eu roubar a pena é maior”. Eles não vão consultar a lei para praticar um ato. A polícia acaba chegando 19 vezes ou 20 depois que aconteceu o problema e começa, então, toda essa saga dita aqui pelo Deputado Barichello. E a pena, como diziam os antigos, é um mal justo por um mal injusto, que o legislador acabou por adotar. Para imaginarmos a dificuldade de quem governa no Brasil, olhem só: temos 5 mil 570 municípios. Então, vamos fazer um cálculo: se fôssemos contratar, Deputada Francischini, mais 10 pessoas por município. Você pega 5 mil 570 e multiplica por 10. Terá que contratar, então, 55 mil e 700. Ah, mas uma cidadezinha como a minha que nasci, a Lapa, aqui perto, a lendária Lapa, 10 pessoas a mais na segurança poderiam fazer diferença. Mas se você pensar em termos de Curitiba ou de São Paulo, 10 agentes de força pública não teriam nenhuma influência. Então, vamos falar em 100 por município e, depois, vamos distribuir por densidade populacional. Ora, 5 mil 570 municípios vezes 10 dá 50 mil e 700; vezes 100, dá 557 mil agentes para a promoção da sonhada, utopicamente, pela nossa Constituição Segurança Pública. Então imaginem como seria isso. Como seria treinar, equipar viaturas, enfim, seria uma coisa praticamente impossível e inalcançável. Agora, vamos para o exemplo da outra ponta. Se tomarmos números redondos. Aqui vou tomar



o número imaginário, Presidente, para a conta ficar redonda: 800 mil presos e presas. Quem tiver outro número que multiplique, que faça a mesma conta para vocês verem onde vamos chegar. Oitocentos mil presos e presas. Logo, iremos concluir que todos os dias temos que fornecer 800 mil cafés da manhã, 800 mil almoços, 800 mil jantares. Multiplicando por três, três vezes oito, 24, Deputado Barichello e Deputada Francischini, temos nesse número que servir 2 milhões e 400 mil refeições por dia para o sistema, para esses aprisionados. Então, temos que pensar em luz – para esses 800 mil –, água, construções, reformas, reparos, materiais, para abrigar todo esse contingente e nos policiais penais, em número suficiente, para a tarefa da contenção. Pois bem, e a reeducação do interno também acaba repousando sobre a classe. Penso que também com outras áreas do conhecimento humano, professores, enfim, para você profissionalizar, reeducar, administrar visitas, por exemplo, de familiares, propiciar encontro da advocacia com seus clientes, fazer escoltas, policiamento dos usuários de tornozeleiras. Enfim, a reflexão que se tem da Polícia Penal é essa missão institucional, dentro das diretrizes da Constituição e da Lei de Execução Penal. Então, essas tarefas da classe não são fáceis e o sistema tem que entender. Como disse a nossa Presidente, delegado de polícia investiga; Ministério Público acusa, impulsionando a ação penal; a advocacia defende, aponta violações de direitos fundamentais e é o dever da advocacia; a Magistratura sentencia. E depois? Depois, *no apagar dessas luzes*, a pessoa apenada vai para onde? Quem policia o cumprimento da pena lá atrás daqueles muros altos? O apenado vai passar pela pedagogia do sistema prisional. Este termo “pedagogia” usei de propósito porque, vejam todos, o nosso sistema tem, Deputado Barichello, um fluxo cristão. Então, penitenciária vem de penitência e há quem chame os internos de penitentes. Por essa influência cristã não temos pena de morte, não temos prisão perpétua, por vedação constitucional, porque na filosofia cristã Cristo disse: “*Não vim chamar os justos, mas os pecadores ao arrependimento*”. Então, na verdade, o princípio da ressocialização vem da filosofia cristã. Penso que não temos, então, pena de morte, prisão perpétua, nem penas cruéis de trabalhos



forçados. Temos que lembrar que o preso conserva todos os seus direitos não abrangidos pela sentença condenatória, e o objetivo é a reinserção social. Por isso que usei o termo pedagogia. Vocês têm o dever de segurança, mas também tem esse lado da reinserção social. E pensemos juntos sobre o caráter ressocializador da pena. Para a sociedade é melhor devolver o preso melhor do que entrou no sistema, igual ao que entrou no sistema ou pior do que ele entrou no sistema? Ele sai de lá pior. E essa tarefa é a Polícia Penal que acaba implementando. Vejam, essas políticas públicas eu pergunto, e façamos aqui uma reflexão: quem está no *front*? A Polícia Penal, que está aqui pelo seu sindicato. Lembro que quem está no *front* leva os primeiros golpes. Vocês têm todos esses encargos e acabam estando no *front* levando os primeiros golpes. Lembro que já foi dito de facções arraigadas no sistema em todo o Brasil. Estamos aqui, senhoras e senhores, acima de tudo, para buscar uma identidade para a importante e insubstituível instituição da Polícia Penal. Temos que bem definir as suas atribuições, plano de carreira. Hoje, ainda, os meus sentidos, Presidente, uma espécie de corpo errante em busca de uma alma, e propriamente chamada de identidade hoje aqui. Estamos em busca dessa identidade. A Polícia Penal pelo seu órgão de classes está buscando essa identidade. Creio que a Polícia Penal, Presidente, Deputada Francischini, ela bate na porta certa. Ela bate na porta certa, a Assembleia é a Casa de Leis, que poderá definir esse assento geográfico da Polícia Penal. E bateram e receberam o apoio nas pessoas da Deputada Francischini e Tito Barichello, que estão dando a faísca inicial para a consecução desses objetivos. Penso aqui que a classe dos policiais penais está cansada de parecer a prima pobre do sistema. Estamos cansados disso. (Aplausos.) Sei também que toda a classe hoje, aqui, está contribuindo com sugestões escritas, que estão sendo mandadas para a Presidente e para a Mesa. E esses encaminhamentos vêm para a Mesa, estão sendo transformados em postulados e está sendo confeccionada uma carta, que tratará da síntese dos problemas, para que sejam sintetizadas as soluções. Você pega um universo de problemas, sintetiza para poder sintetizar as soluções. Olha, sei do meu tempo,



sei que já estou superando o meu tempo aqui, estou com um cartãozinho amarelo. Eu abordei temas aqui que também poderemos aprofundar em outras ocasiões. Eu creio que poderemos ter outras ocasiões. Quero agradecer a honraria do convite, me colocar ao lado da Polícia Penal por seu sindicato, para que essas reivindicações legítimas sejam alcançadas. Aguardemos, então, a confecção da carta para eventuais questionamentos dessa seleta e homogênea plateia de policiais penais do Paraná. Muito obrigado. Ao dispor. (Aplausos.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Antes de passar a palavra ao Sr. Maurício Ferracini, quero convidar para fazer parte aqui da Mesa a Delegada Tathiana, agora nossa Vereadora, eleita nessa última eleição, para que possa vir somar conosco, também policial. Então, passo agora a palavra ao Sr. Maurício Ferracini.

SR. MAURÍCIO FERRACINI: Bom dia a todos os presentes. Antes de iniciarmos aqui as nossas palavras, queria fazer um cumprimento muito especial à Deputada Flávia Francischini, ao Deputado Tito Barichello. Muito obrigado pelo dia de hoje, porque sem dúvida esta é uma categoria que merece este reconhecimento pela transformação social que estão promovendo. Deputada Flávia, Deputado Tito, já os conhecemos e sabemos da origem na segurança que a senhora e o senhor têm. Deputado Professor Lemos, que abrilhanta o evento, obrigado pela presença. Fazer aqui um cumprimento muito especial à Marlene Inês da Rosa, Corregedora-Geral da Senappen, que está presente abrilhantando, muito obrigado pela presença. Ao nosso Cel. Roberto Sampaio, companheiro de vários grupos de trabalho, com a qual temos tido a honra ombrear questões importantes que envolvem o Departamento de Polícia Penal do nosso Estado. Registrarmos que, hoje, quando se delibera sobre a categoria, sobre legislações que regem a nossa categoria, há na mesa a presença de um policial penal. Nem sempre foi assim! E isso faz a diferença, porque temos a origem das unidades e das galerias de nosso sistema. Uma referência especial ao Dr. Ferdinando Gregório. Obrigado pela presença, visitando aqui o nosso Estado e abrilhantando esta sessão. Doutor



Elias Mattar Assad, uma fala impecável, que emociona. Ouvindo do senhor que é um nome, um criminalista de importância para todo o País, essas referências ao nosso departamento, ao policial penal, sem dúvida recebemos com muito respeito e com muito carinho. Vamos registrar a presença aqui também do Vereador eleito, Sr. Bruno Rossi. Desejamos ao senhor um excelente mandato, obrigado pela presença. Delegada Tathiana, que abrilhanta também o evento, com a qual já tivemos a oportunidade de nos encontrar no Complexo de Piraquara. E, é claro, um cumprimento especial aqui a nossa Presidente do Sindarspen, do Sindicato dos Policiais Penais do Estado do Paraná. Vanderleia, é uma honra poder compor esta Mesa, estar presente ao seu lado, porque sabemos da importância que toda essa categoria, que toda a história ela tem para a entidade sindical e para o departamento. Cumprimentar aqui o Bonfim, o Fontoura, o Cristiano, o querido amigo conselheiro Neves, que se faz presente, e que ombreia ali decisões importantes que regem toda nossa categoria; o Corregedor-Geral Deivid Duarte. Enfim, cumprimento a todos os policiais penais, senhores e senhoras que compõem essa grande solenidade. Bom, o fato de estarmos aqui sentados nesta Mesa e termos a grata honra de falar em nome do nosso departamento, representando o nosso Secretário, representando a nossa Diretora-Geral Ananda Chalegre, este momento e esta oportunidade se deve ao trabalho e à luta dos senhores e das senhoras. Está um policial penal aqui falando pela Polícia Penal, pela história que os senhores traçaram, pela história que as senhoras desenharam ao longo do tempo. Não foi uma luta fácil, mas ocuparmos uma cadeira e podermos falar pela Polícia Penal, ora, isso é importante, prezados. A minha origem são os corredores e galerias da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, sediado nos Campos Gerais, mais precisamente na cidade de Ponta Grossa. Sabemos o que é lidar diretamente em um cubículo com um preso; sabemos o que é uma galeria com problemas dos mais variados, às vezes por carência de materiais; sabemos o que é a luta de um profissional para fazer de fato uma história de importância para a sociedade. Cá entre nós, e em uma fala bem franca, há muitas décadas, e isso eu faço uma referência aos nossos amigos



e exemplos dos aposentados, que já sabíamos da importância desse profissional. Isso era uma conversa comum e clara entre todos os servidores, porque entendíamos o que era o sistema prisional e toda a sua complexidade. Na nossa fala vamos encerrar falando um pouco sobre isso, sobre a complexidade que envolve o sistema. Entendíamos que não éramos mais meros agentes penitenciários, muito mais do que isso, entendíamos qual era a importância de uma gestão técnica, uma gestão clara, de uma estruturação, de um crescimento e de uma valorização profissional, e queríamos ter a oportunidade de participar das decisões. É verdade que isso demorou bastante, mas a história veio mostrar quem é este policial penal. Prezados, hoje é dia 11 de novembro de 2024, mas o dia de hoje em realidade faz uma referência ao dia 13 de novembro de 1989, quando Adalberto Gomes da Silva, após 16 horas de rebelião na Penitenciária Central do Estado, acabou perdendo a sua vida. Mais um policial penal que deixa a sua carreira, deixa a sua família, deixa o suor do trabalho, sem encontrar de fato os braços de seus familiares, perde sua vida no cárcere. O legado dele é isso aqui! O legado dele é toda essa transformação. O legado dele é o dia 13 de novembro de 2024. Termos uma referência especial a essa pessoa, que perdeu a vida dentro de um ambiente dos mais complexos que existe no meio social, que é o cárcere. Quando as leis não bastam mais, quanto todas as políticas falham, quando todos os problemas não bastam, sabe o que resta? Pois é, resta o sistema prisional. Bem falou a nossa Presidente do Sindicato, bem falou o nosso criminalista Elias Mattar Assad, não terminamos o sistema prisional. Ali é a última engrenagem, mas após isto temos essas pessoas – hoje quase 40 mil, apenas ocupando vaga, porque temos muito mais do que isso representando ou se relacionando com o sistema prisional. Essas pessoas retornam ao meio social e a pergunta é a melhor e a mais importante de todas: Como queremos que essas pessoas retornem? O reconhecimento do policial penal tem história, precisamos entender como isso aconteceu. Se voltarmos no passado, em dia 31 de agosto de 1993, bom esta é uma data comum, é uma data conhecida aqui, porque uma organização criminosa se estrutura. Havia outras, mas essa se estrutura em



nosso País, especialmente na Capital Paulistana. Começa essa história no “Piranhão”, essa cadeia que foi citada pelo Deputado Tito Barichello. A partir dali, *falava-se à boca miúda*, que uma organização crescia e ganhava espaço. Pasmem, ainda em 2001, grandes autoridades narravam isto como uma ficção. Vinte e nove unidades praticamente destruídas em uma megarebelião, que apresentaria para a imprensa a semente e a força de uma organização criminosa. Mas, há um momento entre esta e 2006, sabemos o que estamos falando. E 2006 é uma data tão importante para os brasileiros, tão importante para nosso País quanto é o 11 de setembro de 2001 para os americanos. Parece um absurdo comparar essas duas ações, mas não é. Congresso Internacional de Operações da Polícia, realizado no dia 17 de outubro de 2024, tema ministrado pelo Secretário Marcello Streifinger, Secretário da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, diz que esta data muda toda a segurança pública de nosso País. Qual a diferença de 12 de maio de 2006 para fevereiro de 2021? O crime transborda, não está mais dentro das prisões. Toda a origem das organizações criminosas do nosso País acontece dentro do sistema penitenciário, com exceção do Rio Grande do Sul em que há esta diferença em relação à história das demais facções. O crime transborda e atinge toda a sociedade. Prezados, era necessário olhar para o sistema prisional. Nós sabíamos o que estava acontecendo, compreendíamos. O que acontece em São Paulo no ano de 2006 muda todas as políticas, não se pode mais falar em segurança pública se não colocar sobre a mesa a questão do sistema e da complexidade do sistema prisional. André Albuquerque Garcia, Secretário Nacional de Políticas Penais, destacou nesse mesmo congresso internacional que não se fala em segurança pública no Brasil ou em qualquer lugar do mundo sem colocar sobre a mesa o que é o sistema penitenciário e o sistema prisional. Sabemos a repercussão que teve essa data para todos nós. Ela vai chegar em nosso Estado praticamente ali entre 2013 e 2017, que teve um epicentro em todas as ocorrências. Todas essas ocorrências teve um epicentro entre 2014 e 2016, em que fala a imprensa entre a 12 a 13 crises. Não, senhor, foram mais de 30 crises registradas, algumas nem deram



tempo de ser noticiadas. O epicentro 2014 até 2016, onde dentre várias crises registramos duas que foram importantes. Nós temos aqui amigos, colegas de trabalho, pares, porque somos todos policiais penais, que bem sabem do que estamos falando. Do dia 24 a 26 de agosto de 2014, Penitenciária Estadual de Cascavel, iria ali ser palco de uma das crises mais impressionantes e impactantes de nosso Estado. Várias galerias destruídas, praticamente todos presos mortos, agentes torturados na condição de reféns. Em outubro deste mesmo ano, vamos para uma penitenciária industrial, eu vou repetir, uma penitenciaria industrial, situada no município de Guarapuava, em que 13 companheiros estiveram na condição de reféns. Eu sei um pouco o que esses amigos passaram, eu fui o secretário e relator do processo administrativo em que todos esses 13 funcionários foram absolvidos pela comissão, sabemos a complexidade que é estar dentro do cárcere na mão de criminosos. Realmente, o crime não para na polícia ostensiva nem na repressiva, nem quando apresentamos as questões de denúncia, não mesmo, nem mesmo nas decisões de condenações de nosso Judiciário. O crime está dentro das unidades prisionais, e esta é a última resposta que nós podemos dar. Quando não se olha para o sistema prisional gera-se isso, gesta-se isso. Temos uma das organizações criminais, aqui em nosso País, que é uma das dez mais impactantes e relevantes do mundo. Eu vou repetir, a décima do mundo! E olha que o mundo é um lugar grande, prezados. Senhor policial penal, políticas públicas. Representantes, devemos muita coisa nessa transformação porque, no ano de 2019, temos em nível federal este reconhecimento. O policial penal nasce por uma necessidade. Não é apenas uma conquista, não é apenas uma luta, se é que posso me fazer referência desta forma, usando o termo “apenas”, porque foi uma grande luta, uma grande dedicação, mas não é apenas isto. A criação e o reconhecimento do policial penal como este servidor, como uma força da segurança pública, é uma resposta a um câncer social chamado de “organizações criminosas”. A importância que os senhores assumem através das inteligências, através da administração, através do controle prisional, está nesse sentido, está no que está acontecendo agora.



Tínhamos a média de 18 a 19 mil presos no ano de 2018, tínhamos naquela época 33 a 37 unidades penitenciárias. Hoje trabalhamos com 39 mil presos, quase 18 mil tornozeleiras, 28 mil e 500 medidas alternativas, e é verdade, Deputada, Deputados. A Polícia Penal não está apenas dentro dos presídios ou do sistema prisional, a Polícia dentro e fora, porque aprendemos a fazer gestão de nossas unidades, administramos complexos sociais, onde lidamos com pregressos, lidamos com egressos. O Depen, a Polícia Penal e a PPPR estão dentro e fora das prisões, porque aprendemos que não é apenas administrar o preso durante o cumprimento de pena, mas é necessário assisti-lo quando ele retorna para a sociedade. Em uma conta rápida, lidamos diretamente com pessoas, cerca de 120 mil pessoas estão lidando com o Departamento Penitenciário, com o Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná neste momento, e bem sabemos nós que nessa conta não estão os familiares dos presos. Será que nós lidamos também com a questão dos familiares dos presos? Com pais, mães e filhos, que não cometem crime, mas que sofrem igualmente? E é no trabalho desse gestor, desse operacional, desse servidor que une técnica com administração, que todos têm encontrado um ombro e uma estabilidade. O nosso trabalho praticamente se potencializou nos últimos anos, e temos mantido uma estabilidade importante para o nosso Estado. O policial penal nasce com esta missão, e cada um dos senhores e das senhoras, por Deus, que orgulho falar, ter a oportunidade de falar para pessoas como vocês, porque compreendemos o que representa o trabalho dentro desse sistema prisional. A segurança pública, a sensação de paz pública passa pelo trabalho, passa pelo posicionamento, passa pelo suor, passa pela técnica de cada um dos senhores. Não é mais a Polícia Militar que faz a segurança de nossas muralhas, não é mais a Polícia Civil que faz a administração de carcerários, não são mais pessoas outras que fazem a gestão de unidades penais, não mais; à frente de todos esses órgãos, de todas essas funções, de todas essas atribuições, hoje está a figura do policial penal. Não foi uma conquista de uma pessoa, é uma conquista de muita gente séria. É possível dizer que a criação da Polícia Penal, sem medo de nos



equivocarmos, é o maior projeto de segurança pública feita nos últimos anos pelo nosso País. Qual é o projeto que desonerou tantas forças da segurança pública? Não somos uma polícia ostensiva, nem a polícia repressiva, que trabalha depois e durante a investigação, nem uma polícia científica, nem mesmo a polícia apenas que atua em aspecto social. A Polícia Penal é uma polícia de transformação. Sim, Sr.^a Deputada Flávia, uma polícia de transformação social, transformativa, porque é o policial penal que faz a transição das técnicas de segurança e custódia para reinserção social, para a recuperação desse indivíduo. Quem é o policial penal? Um indivíduo complexo da segurança pública, pois ele entende de segurança e entende de gente também, devolvendo pessoas mais qualificadas através de nossas unidades. O Estado do Paraná hoje possui um modelo de tratamento penal chamado unidade de progressão, que é uma das maiores referências de tratamento penal de nosso País, referenciado na Capital Brasília nos últimos tempos, e tenho absoluta certeza que caminha para ser a principal referência. Esta é a capacidade, esta é a importância do reconhecimento que este Governo, que esta Secretaria, que esta Casa de Leis, que esta Assembleia teve com este profissional: não se fala mais, nem poderia tratar sobre segurança pública se não tivermos na mesa a figura do policial penal. Parabéns pelo dia de hoje aos senhores e às senhoras, por tudo o que fazem, por tudo o que representam. Há muito o que dizer, são pessoas de importância. Estamos acompanhando o projeto de reestruturação da carreira, um projeto que nasce no Departamento de Polícia Penal, que passa também pelo nosso sindicato, e que foi trabalhado através do nosso Conselho da Polícia Penal. Sabem qual é o mérito desse projeto, prezados? É olhar para todos, desde a pessoa que ingressa até a pessoa que já está aposentada. Isso é um orgulho, trabalhar com pessoas que olham desta forma: paridade, igualdade para todos os trabalhadores do sistema prisional. E não nasceu do nada, estamos tendo uma reestruturação de várias carreiras da segurança pública, e neste momento estamos sendo ouvidos pelo Governo e pela nossa Secretaria. Chegou o momento também da nossa Polícia Penal. (Aplausos.) Ao dia de hoje uma mensagem única: não se esqueçam deste



personagem ou desta força da segurança pública, porque a história ensinou que somos um remédio importante para diminuir, estabilizar e acabar com índices de criminalidade. Parabéns, policial penal! Os senhores e as senhoras construíram esta história. Obrigado. (Aplausos.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Eu agradeço as palavras do Sr. Maurício Ferracini. Antes mesmo de passar a palavra aqui para o Sr. Ferdinando, quero convidar para fazer parte da Mesa o nosso querido amigo, Deputado, que nos ensina dia após dia, Deputado Romanelli. Passo a palavra para o Sr. Ferdinando Gregório.

SR. FERDINANDO GREGÓRIO: Bom dia a todos. É uma satisfação estar mais uma vez aqui no Paraná, olhar uma Casa cheia de policiais penais nesta Casa de Leis, uma Casa tão importante. Quero cumprimentar a Deputada Flávia pela iniciativa, pela disposição que tem tido com a Polícia Penal, e ao cumprimentá-la estendo o cumprimento a todas as autoridades Legislativas, não só desta Casa, mas de outras Casas de Leis. É extremamente importante envolver a política com a Polícia Penal. E isso que a Deputada tem feito leva a Polícia Penal a um patamar ainda maior, coloca a Polícia Penal no local ao qual ela precisa estar, com o espaço de reconhecimento e valorização. Muito obrigado por isso. Cumprimento o meu amigo Maurício, policial penal, Diretor-Adjunto do Departamento de Polícia Penal do Paraná. Ao cumprimentá-lo, estendo os cumprimentos a todas autoridades de segurança pública. Suas palavras foram animadoras, não tenho como expressar, e que bom que você falou isso de mim, porque agora eu não consigo falar mais nada. Você é algo assim que transcende. Ver os nossos pares ocupando espaços de direito de gestão de Polícia Penal é extremamente importante, e você faz isso muito bem. Eu tenho certeza que a Polícia Penal do Paraná tem orgulho de vê-lo nessa posição e nos representar nessa questão de gestão de Polícia Penal. A Polícia Penal é uma carreira única, é a única carreira capaz de fazer o ciclo completo de segurança. Nós somos essenciais à justiça criminal, essenciais à segurança pública. Não existe justiça



sem Polícia Penal. Somos responsáveis por aplicar todas aquelas medidas impostas pelo Judiciário à pessoa presa, fazemos custódia, fazemos recaptura, prisão, e todas as informações do crime, do criminoso, estão dentro do sistema penal. Vocês são essenciais inclusive para fomentar o combate à prevenção ao crime. São os policiais penais que subsidiam as outras forças de segurança para que seja um combate realmente adequado contra a criminalidade na rua. Sem Polícia Penal não existe segurança pública, não existe justiça criminal. Nós somos a engrenagem que liga o sistema penal com a segurança pública; tudo deve passar pelo sistema penal através do policial penal. Então, muito bem falado pelo Deputado Tito da marginalização da nossa carreira, uma questão de anos e não só uma questão de anos, mas desde o início da humanidade – onde teve uma pessoa presa, sempre houve a figura de um policial penal, com qualquer nome que tenha se dado no decorrer da história, seja carcereiro, agente prisional, agente penitenciário, carrasco ou qualquer coisa. Éramos nós. Isso é bíblico inclusive, está na Bíblia. E quero aproveitar a oportunidade de agradecer o convite não só da Deputada Flávia, mas também da Vanderleia, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Paraná. Cumprimento vocês e estendo o cumprimento a todas as mulheres que passaram, aos poucos, a ocupar todos os espaços em todas as esferas, dentro da política, dentro da gestão. A Diretora-Geral do Departamento é uma mulher, a Presidente do Sindicato é uma mulher, quem preside esta Sessão é uma Deputada, é uma mulher. Isso tem quebrado paradigmas dentro das estruturas, estruturas que, por decorrer de anos, eram de predominância masculina e vocês estão fazendo a diferença, trazendo direito e igualdade entre os gêneros, e agradeço muito por isso. (Aplausos.) Vanderleia, se me permite, quero dizer ainda mais por você e quero dizer a vocês, policiais penais do Estado do Paraná, na Emenda Constitucional que transformou o agente penitenciário em policial penal, inserido no art. 144 da Constituição Federal, tem o combustível do policial penal paranaense. Sem o Paraná teria sido praticamente impossível! Vocês fizeram toda a diferença... (Aplausos.) A Vanderleia é uma referência para nós em âmbito nacional, hoje representamos 100 mil policiais



penais em todo o Brasil. Você faz uma diferença não só no Paraná, mas também nacionalmente. Nós teremos ainda agora uma luta ainda mais pesada, que é a criação da Lei Geral da Polícia Penal, que devemos apresentar agora, em uma Audiência Pública na Câmara Federal no dia 3 de dezembro. No dia 4 de dezembro faremos o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Penal no Senado, lá na Comissão de Segurança Pública, e isso tem muito da influência e do apoio dos paranaenses. Sou paranaense, sou nascido neste Estado, em Marechal Cândido Rondon, tenho muito orgulho daqui, apesar de ser policial penal em Santa Catarina. Vocês têm uma liderança que faz uma diferença extraordinária em toda luta sindical, mas sem vocês ela não terá suporte suficiente para continuar avançando. Então, quando vejo um Estado grande como este, Paraná, vindo policiais penais desde Foz Iguaçu, de todos os cantos deste Estado para prestigiar um evento desta magnitude, dentro desta Casa de Leis, a pedido da nossa comandante, da nossa representação, a Vanderleia, vocês são a base para que o Sindarspen seja hoje o sindicato referência no País. Ao saírem das casas de vocês e chegarem aqui, vocês se olhem uns aos outros; vocês são os mecanismos essenciais para que tudo possa realmente funcionar dentro deste País e dentro deste Estado. Então aproveito, Vanderleia, para fazer um apelo aqui ao Tenente-Coronel Roberto, que representa hoje o nosso Secretário Hudson, e também estender este mesmo apelo à Deputada Flávia e ao nosso Diretor Maurício, que é extremamente importante que se possa fazer uma articulação, um esforço conjunto da Secretaria de Segurança Pública, do Depen, desta Casa de Leis, através da Deputada e do Deputado Tito, que estava aqui, e entre todos os demais Deputados que puderem fazer esse esforço conjunto, para que haja uma celeridade na tramitação da adequação do Quadro de Policiais Penais, que aguardam há muito tempo. (Aplausos.) Para encerrar, temos acompanhado o trabalho do Sindarspen em busca das Moções de Apoio às vereanças em todo o Estado, e isso fortalece o vínculo político em razão da luta. Sabe-se que há um concurso aberto aqui no Estado, que é necessário. Observamos aqui o crescimento da massa carcerária e o encolhimento dos policiais penais. Então, há



um concurso aberto. É necessário, sim, inibir a terceirização da atividade de polícia penal, que sabemos que tem aqui no Estado do Paraná, inclusive a Ageppen Brasil já ingressou no STF acerca dessa matéria, para que traga mais policiais penais, para que alivie a condição mental de saúde dos policiais penais que estão atuando dobrado, triplicado dentro das atividades, para poder suportar esses mais de 30 mil presos, com apenas um pouco mais de 2 mil e 600 policiais penais que hoje, além de fazer a operacionalização, passam a fazer também a gestão, a monitoração eletrônica, medidas e penas alternativas, prisão, recaptura, escolta, entre uma diversa gama de atividades. Então é necessário para ontem que se nomeie mais policiais penais, mas que possam ter a oportunidade de ingressar no sistema com um plano, com uma adequação adequada do quadro próprio. Então não só hoje, hoje eu digo dia 13 de novembro, os policiais penais merecem a sua valorização e reconhecimento todos os dias. Dia de policial penal são todos os dias. Parabéns a todos vocês e muito obrigado. (Aplausos.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Obrigada pelas palavras. Passo agora para o Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI: Em primeiro lugar, bom dia a todas e todos. Quero dizer que é uma satisfação participar aqui hoje neste *Dia do Policial Penal*. Vendo vocês aqui com tanta garra, com tanto ânimo, com tanta determinação, puxo na minha memória a época em que ainda o Sindarspen era apenas uma associação e que o Cação era Presidente da Associação dos Agentes Penitenciários. Uma longa caminhada para se chegar até aqui! Ao mesmo tempo, minha gente, quero cumprimentar aqui a nossa Deputada Flávia Francischini, que é muito atuante, já eleita a 1.^a Vice-Presidente desta Casa, no reconhecimento da importância das mulheres na Mesa Diretora. Cumprimentar a nossa Presidente Vanderleia Leite, que tem toda uma trajetória, junto com tantos demais aqui que vejo e não vou citar nomes para não cometer injustiças, mas que, ao longo desses anos, viemos acompanhando, Vanderleia. Então, quero cumprimentar você, cumprimentar o Maurício Ferracini, que é o nosso Diretor-



Adjunto do Depen. Cumprimentar as demais autoridades que já foram nominadas, meu colega Deputado Tito Barichello, nosso Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública. Gente, penso assim, tivemos um memorável avanço quando, depois de anos e anos de luta para que pudéssemos ter um Quadro Próprio, pudéssemos ter a Lei Complementar n.º 245/2022, que indiscutivelmente foi um grande avanço na carreira – o grande avanço era sair do QPPE e poder de fato ter uma carreira própria dos policiais penais. Dos avanços que tivemos nacionalmente, que foram fundamentais, estabelecendo a Polícia Penal, e aqui no Paraná com todos os avanços que nós temos tido. Mas, é claro, a categoria tem sempre, como é normal em uma categoria tão importante para a sociedade paranaense e brasileira, tem demandas que têm que ser trabalhadas e, claro, é sempre necessário fazer o aprimoramento da valorização do policial penal. Penso que esta Audiência Pública aqui demonstra justamente o vigor e a importância desta categoria, que é composta de homens e mulheres da melhor qualidade, que são fundamentais para que tenhamos uma sociedade com paz social, até porque vocês são de fato uma barreira importantíssima de controle da criminalidade no nosso País. A criminalidade do nosso País tem atingido níveis que são cada vez mais preocupantes, inclusive com os episódios que aconteceram na última sexta-feira, em São Paulo, da execução de um pseudoempresário, porque aquilo não é empresário de nada, é empresário do crime, que fazia uma delação e que envolvia personalidades e, em uma ação quase comparável ao terrorismo, é assassinado em público justamente para demonstrar a força do crime. É com isso que vocês têm que lidar no dia a dia, é com esse tipo de gente, que muitos perderam completamente a humanidade, e vocês têm que cumprir dentro do Estado Democrático de Direito, dentro do nosso ordenamento jurídico, respeitar as leis e os direitos de todos. Por isso que tem que ser cada vez mais profissionais qualificados, com sensibilidade, mas, ao mesmo tempo, com muita determinação e garra. Então, minha gente, o que quero dizer, como todos sabem aqui, mais uma vez referenciando a nossa Presidente Vanderleia, é que durante toda a minha vida parlamentar e política sempre estive ao lado dos policiais



penais. Como disse, desde lá do início, quando ainda era uma pequena associação, antes de ainda de ser sindicato, estávamos trabalhando juntos. E foram tantas... Olha, diria que são dezenas de reuniões, audiências, debates, discussões com diferentes Governos ao longo desses anos. O que posso dizer só é que creio que temos hoje a possibilidade de estabelecer uma relação de diálogo, de construir de fato uma relação que possa ainda fazer essas reestruturações que são tão importantes e necessárias, porque sabemos que carreiras típicas do Estado, como é do policial penal e outras carreiras que têm uma importância fundamental para sociedade, elas têm que ser cada vez mais valorizadas. Por isso que eu sempre me filio às ações que o Sindarspen desenvolve e me coloco como Parlamentar, como Presidente da Comissão de Orçamento e Líder do PSD aqui nesta Casa, sempre à disposição para trabalharmos juntos, sempre de forma absolutamente clara e transparente, para que tenhamos avanço. Por isso, minha gente, fica aqui o meu fraterno abraço. A minha presença aqui justamente demonstra este respeito que tenho pela categoria. E desejo a vocês um dia de celebração, porque afinal de contas é uma carreira e uma categoria que cada vez se organiza mais em nosso País. Por isso, a todos vocês, parabéns! Parabéns, Vanderleia! Parabéns aos nossos Deputados que tomaram a iniciativa de promover esta Audiência Pública que, ao mesmo tempo, é uma Sessão Solene que celebra justamente o *Dia do Policial Penal*. Viva o Policial Penal! Viva o nosso Paraná! (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Delegado Tito Barichello): Dando continuidade então a esta Sessão Solene, agradecemos as palavras do Deputado Romanelli, um aguerrido lutador em prol de todas as causas policiais e que tem uma qualidade a mais: é Atletícano. E agora vive de orações na expectativa de que um milagre nos salve – coloco-me junto – do rebaixamento! O que não pode ser rebaixado, sem dúvida alguma, é a Polícia Penal, pela vitória que já tivemos em toda a sociedade. (Aplausos.) Obrigado. Dando continuidade, vamos ouvir a Sr.^a Marlene Inês da Rosa, Corregedora-Geral da Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.



SR.^a MARLENE INÊS DA ROSA: Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, em nome da Deputada Flávia e Deputado Tito, por esta oportunidade e cumprimento especialmente a você colega de farda. Resolvi vir de farda hoje em homenagem a vocês, em homenagem a nós. Sou Policial Penal Federal, mas a nossa luta é praticamente a mesma! É uma honra estar aqui com vocês, é um prazer estar aqui com vocês. Quando o Neves fez o convite não podia recusar. Estava dizendo hoje para a Vanderleia que tive o prazer de conhecê-la hoje somente; o Neves conheço desde 2013, quando eu era Ouvidora e ele participou de um grupo de trabalho em que começamos a escrever as competências da Polícia Penal no Brasil. E o Neves foi sempre muito atuante, sempre foi muito parceiro! Além disso, tenho outros motivos de estar aqui muito emocionada até, porque participei de diversas..., mesmo que muita gente não me conheça, mas estive aqui no epicentro da crise de vocês como Ouvidora. Em 2015 conheci muitas unidades prisionais de vocês. Nós começamos em Foz do Iguaçu, era um clima muito tenso, passamos pelo Complexo de Piraquara. Como Ouvidora, que estava à época, normalmente íamos nos Estados para ouvir os presos, mas aqui tivemos que ouvir os policiais penais, na época agentes penitenciários, porque vocês estavam clamando por melhorias. E isso nos emocionou muito na época! Ouvíamos o preso e ouvíamos o servidor; ouvíamos o servidor e ouvíamos o preso. O Estado passava por uma crise muito grande. Hoje, sei que muitos avanços aconteceram, tenho vontade de conhecer essa unidade de progressão, que tem sido muito elogiada. Então, assim, é uma satisfação muito grande saber que houve melhorias. Estou falando de 2015! Não se passaram 10 anos e parece que, pelo o que eu sei... Então, tenho muita vontade de conhecer, de visitar de novo as unidades de vocês. Infelizmente, hoje não vai ser possível, porque eu estou fazendo um bate e volta, tenho um compromisso inadiável amanhã e, como eu disse, não poderia dizer “não” para o Neves, então vim neste bate e volta, mas estou muito feliz de estar aqui com vocês. É bem difícil falar depois de todos aqui da Mesa, a Vanderleia foi fantástica e outros tantos, falaram quase tudo o que tinha pensado em falar, mas tudo bem. Só vou deixar aqui alguns pontos,



ratificando alguns pontos desta importância de o policial penal fazer parte da segurança pública, porque só agora de fato... Sempre fizemos, mas clandestinamente! Só agora se fecha esse ciclo da segurança Pública. No entanto, demorou muito esse caminho! Há muitos anos fazemos este trabalho, esta invisibilidade durou por muitos anos, até que começaram a entender que nós temos, principalmente, as informações do crime organizado. É dentro do sistema prisional que estão as informações mais valiosas para combater a criminalidade. Então, assim, desempenhamos um papel fundamental! Todos aqui que falaram de alguma forma falaram em ressocialização. Tenho uma frase que aprendi de um professor de Minas, que diz a seguinte frase que levo para a vida: "*Hoje o preso está contido, amanhã ele está contigo*". Então, esse preso vai sair da prisão, porque não temos prisão perpétua. Ele vai sair. E o que a sociedade vai receber? Que preso é esse? Que pessoa é essa que a sociedade vai receber? Então, o nosso papel é fundamental. O que a sociedade espera de nós? Segurança, paz social. E nós somos os principais atores nesta luta, neste problema que atinge o Brasil. Então, não tem como não falar da importância do policial penal na segurança pública. Estamos fechando esse ciclo. Depois da sentença de prisão que o juiz profere, não terminou ali a segurança pública, ela continua e daí vem para as nossas mãos. E o que vamos devolver para a sociedade daqui alguns anos é com o papel, com o trabalho árduo do policial penal estadual e federal. E também outra pessoa que tenho que citar aqui, que é um grande parceiro que está aqui no Paraná, é o meu colega Deivid, o Corregedor de vocês. Não poderia deixar de falar sobre a Corregedoria, porque hoje eu sou Corregedora-Geral da Secretaria Nacional de Políticas Penais, o antigo Depen. Tenho uma luta dentro do Sistema Penitenciário Federal. Eu comecei lá em 2010. Eu era professora no Rio Grande do Sul, fui professora durante 20 anos. Então, quando se fala desse princípio pedagógico, disciplinar, sei muito bem do que estou falando. E fiz toda uma caminhada dentro da Senappen e para um policial penal alcançar alguns espaços, ocupar alguns espaços não é fácil. Precisamos trabalhar todos os dias, incansavelmente, ainda



mais sendo mulher, temos que trabalhar um pouquinho mais ainda, temos que mostrar mais que somos capazes, que somos tão capazes quanto os homens. Não mais, mas tão quanto! E ocupar esses espaços, homens ou mulheres, é muito importante. Então, fico muito feliz quando eu soube que a Diretora-Geral de vocês aqui é da carreira e é uma mulher. E aí volto de novo para Corregedoria. O Corregedor de vocês é um colega de carreira, assim como eu, que sou a primeira Corregedora-Geral da carreira. Até então nós tínhamos Corregedores de outras carreiras, muitos deles que nunca tinham colocado o pé dentro da cadeia, da prisão. Então, assim, estou no meu primeiro mandato. Outra coisa que defendo bastante também é um mandato para o Corregedor, para que ele possa trabalhar com autonomia. E pensem, gente, coloquem uma coisa na cabeça de vocês: a Corregedoria não é inimiga de vocês, muito pelo contrário! A sociedade espera o que do servidor policial? Um policial probo, íntegro. O bom policial está ao lado da Corregedoria, porque ele não quer um policial corrupto, assim como tem em todas as categorias. Até para a segurança dele! Como vou confiar em um colega que é corrupto? E sabemos que com essas organizações criminosas com um grande poder aquisitivo a corrupção é muito fácil de acontecer. E ainda tem um detalhe: os nossos salários não são atrativos! E o Estado precisa entender que precisa investir no policial penal, no servidor, na capacitação do servidor, nas condições carcerárias, porque o policial penal acaba adoecendo e muito, porque ele sofre os efeitos do cárcere. Não tem como não sofrer os efeitos dos cárceres! Como podemos diminuir isso, minimizar esses efeitos? Com mais condições de trabalho, de viatura, até da farda, dos alojamentos, da valorização do profissional. Deixamos de ser o carcereiro, porque quando alguém queria nos xingar dizia: “*E daí, carcereiro!*” Olhem o tom pejorativo da palavra “carcereiro”. Aí passamos para agente penitenciário, já demos um “*upzinho*” na nossa autoestima, e agora nós somos policiais penais federais e estaduais, somos policiais penais. A sociedade já começa a nos ver de uma outra forma. Por incrível que pareça, o cargo faz essa diferença, o nome do cargo! E aí também aumentaram as nossas atribuições, mas temos um pessoal muito capacitado, temos curso superior. Acho



que na maioria dos Estados que regulamentaram as suas polícias penais há a exigência do curso superior. Então, assim, estamos participando da gestão, estamos mostrando o nosso valor. E o sindicato aqui do Paraná sempre foi destaque para nós. Sempre! Vocês sempre estiveram à frente do nosso tempo. Vocês regulamentaram a Polícia Penal em 2021. A Polícia Penal Federal foi regulamentada há dois meses, a partir de 1º de agosto deste ano é que passamos a ser policiais penais. Então, assim, nós vamos copiando de vocês, Neves e Vanderleia. Acreditem, copiamos de vocês. E queremos ser também voz. Quero deixar aqui as portas abertas da Senappen, o nosso antigo Depen, que confundíamos o Depen Paraná com o Depen Brasília, Ministério da Justiça. Hoje passamos a ser Secretaria, mas continuamos lá os mesmos. A Corregedoria está de portas abertas. Deixo aqui o reconhecimento ao trabalho do Deivid, que no nosso Encontro Nacional... Porque a Corregedoria-Geral ela tem uma política de fortalecimento das Corregedorias Estaduais e nós selecionamos cinco Estados para apresentar boas práticas. O Deivid foi um que apresentou no ano passado com maestria uma prática aqui, que é o calcanhar de Aquiles, que é o enfrentamento, a campanha de prevenção de assédio moral e sexual nas unidades. Precisamos falar sobre isso também, porque isso faz parte da saúde mental do servidor. Então, deixo um abraço muito grande para vocês. Contem conosco. Estou com vocês, sou essa categoria. E parabéns pelo dia de vocês, do Policial Penal do Paraná. Sintam-se abraçados. E, mais uma vez, agradeço a oportunidade de vir aqui dar o meu recado e dizer quanto admiro esta categoria. E fico muito feliz em saber que vocês estão avançando, que estão com melhorias, mas ainda fiquei preocupada com o número de policiais muito baixo e o encarceramento no Paraná não é brincadeira, não é, gente? Aqui se encarcera bastante! Então, assim, não estamos conseguindo acompanhar o número de presos com o número de policiais. Os policiais estão se aposentando. Então, assim, os Governos têm que se preparar para isso. No Federal não é diferente. Nós estamos com uma turma, e eu sexta-feira pedi o meu abono, mas vou ficar mais um pouquinho que acho que ainda tenho o que contribuir para a Senappen,



para o sistema prisional do Brasil. Eu tenho essa humildade de dizer que acho que ainda posso contribuir ainda, mas estamos envelhecendo e os Governos não podem deixar para última hora. A desculpa é que só neste ano tantos policiais penais se aposentaram. Sim, mas e cadê a projeção? Vamos trabalhar com números. Não vamos deixar a coisa voltar ao que era. Não podemos retroceder. Direitos humanos não se retrocedem, e um policial penal qualificado faz toda diferença. Para os militantes dos direitos humanos que acharam que se fôssemos transformados em policiais penais seríamos mais truculentos, não nos preocuparemos com os direitos das pessoas privadas de liberdade, muito pelo contrário, gente, estamos buscando as universidades já não é de hoje, há muito tempo, e estamos nos qualificando. Sabemos da nossa importância e que só teremos o respeito da sociedade quando devolvermos pessoas melhores para sociedade, e isso tem a ver com a garantia dos presos, do direito dos presos dentro das unidades prisionais. Ontem, dois colegas foram me buscar no aeroporto e viemos até o hotel debatendo assim em altíssimo nível, para mim foi altíssimo nível, políticas públicas, melhorias, direitos humanos, ressocialização. Então, assim, é desses profissionais que estou falando: gente capacitada que foi buscar a academia, para deixar de ser só aquele carcereiro que batia a chave. Não, nós somos muito mais. Então, assim, um abraço, meu respeito, minha admiração por vocês, e sigamos. Sei que as lutas continuam, muitos desafios pela frente. Nós temos uma DPF para ser votada, aprovada, que em três anos temos que revolucionar o sistema prisional no Brasil e precisam de nós. Faremos a execução dessa DPF e temos três anos para fazer isso. Já estamos nos preparando para execução dessa DPF? Muito pouco, mas vamos correr atrás, vamos mostrar para sociedade, para o sistema de justiça que somos competentes, que somos capazes, e que os espaços que estamos ocupando não é por nada, é com muito trabalho, e ocuparemos mais espaços daquilo que é do sistema prisional, daquilo que nos é direito, daquilo que conhecemos. Nós somos especialistas nisso. Um abraço e tudo de bom. (Aplausos.)



SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Muito obrigada pelas palavras. Eu passo agora a nossa querida amiga Delegada Tathiana, futura vereadora em 2025.

SR.^a TATHIANA GUZELLA: Bom dia. Primeiramente, gostaria de cumprimentar a Deputada Flávia, o Deputado Tito, proponentes desta audiência pública. Na sequência, gostaria de cumprimentar rapidamente o Dr. Elias Mattar Assad. Doutor Elias, lhe admiro muito. Sei que já tivemos alguns embates saudáveis, que fazem parte, não é? Ainda mais com o senhor que faz a defesa tão digna e de excelência a tantas pessoas investigadas, para não usar o termo “criminosos”, pessoas investigadas, e inclusive quando trabalhei na Homicídios lhe conheci e a sua figura remete muito à figura do meu falecido pai, que foi um exemplo para mim. Já lhe disse isso pessoalmente e deixo aqui registrado este agradecimento. Também gostaria de cumprimentar a Sr.^a Vanderleia, a Sr.^a Marlene, que muito bem falou aqui, o Tenente-Coronel Roberto Sampaio Araújo, o Sr. Ferdinando Gregório, e o Sr. Maurício Ferracini. O meu colega Vereador eleito Bruno Rossi já saiu, mas deixo o cumprimento a ele também. Na figura dessas pessoas, cumprimento a todos vocês, em especial aqui os que são a maioria, os policiais penais. Logo vai ser o dia de vocês e, como disse o nosso colega, o dia de vocês é todos os dias, não dá para deixar de ser. Como delegada de polícia, em especial nos anos que trabalhei no interior, fui chefe de cadeia pública, tínhamos 130, 140 presos, até outrora já comentei sobre isso em outra audiência pública, e lembro como era desgastante você investigar um preso, prender um preso, depois ficar sendo babá de preso, com todos os problemas inerentes a essa custódia. Até elenquei aqui minimamente o que eu passava. E nós investigávamos, eu acumulava oito municípios nessa época, sozinha, duas comarcas, tinha um presídio com uma cadeia pública com uns 30 presos, menor, e uma outra que variava 130, 140, 120 presos, e era muito difícil. Nós tínhamos dois agentes carcerários. Dois! Isso era na 4.^a Subdivisão Policial de União da Vitória. Mau humor, problemas com a família, fome, limitação do sexo, invasão da intimidade, frio, calor, questões processuais, inimizades internas, limitação de espaço, falta



de esperança, falta de fé, entre outras adversidades que tenho certeza que vocês enfrentam no dia a dia. Se eu enfrentei, vocês muito mais. E tudo isso muitos usam a expressão “lixo humano” para aquelas pessoas que lá estão. Eu não gosto desse termo, mas fazendo uma analogia precária digo o seguinte: vocês são empresas de reciclagem, vocês reciclam as pessoas. E eu que já tive empresa, já fui empresária por muitos anos, tive inclusive uma empresa de reciclagem de materiais plásticos e nós transformávamos em resina plástica para usar novamente, e tínhamos que falecer uma seleção: aquele lixo plástico que já era reciclado, que então já não ia para certos produtos, como alimentos; o reciclado cristal, que eram produtos mais transparentes, que não tinham recebido tinta ou pigmento, e diversas outras classes de materiais, de lixo reciclável. E vocês fazem esse papel com o ser humano e fazer isso, gente, não é para qualquer um. Exige paciência, exige você fingir que está tudo bem, cuidar para não estourar na frente de um preso por um problema seu, cuidar para não estourar com um preso por um problema dele ou um problema que ele gera a você. Se formos ver, são verdadeiros bailarinos, porque dançam, vão para um lado, se desviam de outro obstáculo ali, ainda que seja o mau humor desses presos, e isso realmente exige esforço. E acho que é por isso que os índices que eu já vi também outrora nesse catálogo eles estão tão graves. O emocional do preso que nunca tem que ser exatamente ele mesmo, porque se você sorri demais para o preso é um problema, se você sorri de menos gera um outro problema, porque nem todo mundo, nem nós, nem eles temos desenvolvimento cognitivo pleno a todo momento. Você tem que ter coerência, paciência, perseverança o tempo todo, porque senão é muito fácil estourar. Então, admiro muito vocês que fazem esse papel que hoje a Polícia Civil não faz mais. Acho que ainda tem muita coisa a melhorar. A reestruturação é latente. Se outras carreiras da própria Sesp tiveram as reestruturações, está na hora de vocês terem. Novos concursos é o mínimo. (Aplausos.) E acho que vocês passam, sim, pelo etiquetamento social. Acho que já foi tratado aqui antes de eu chegar. Peço desculpas, eu estava em um palestra agendada há muito tempo, falando sobre o



crime de assédio sexual e assédio moral. Então, não pude chegar a tempo. Perdão, Flávia. Perdão, marido, depois me entendo com você. É isso aí, gente, só passando aqui para desejar para vocês um ótimo dia e que as lutas que vocês terão ainda para frente, porque nunca terminam as lutas. A aposentadoria sempre vai ter; os índices de suicídio, temos que trabalhar, acho que é bem importante, e todas as forças policiais não só aqui para os policiais penais; mas, sem dúvida nenhuma, reconhecimento e importância desse corpo. É como uma igreja, é o corpo da igreja que faz ela se movimentar; é o corpo policial que faz a Polícia Penal ser essa excelência que é. O corpo tem que ser tratado. Não ficamos sem o braço, sem a perna, sem a cabeça. O corpo precisa de tratamento e é isso que o Estado tem que fazer. Tenham um ótimo resto de segunda-feira, uma ótima tarde e obrigada a todos. (Aplausos.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Antes de finalizarmos, gostaria de convidar para vir à frente o Diretor Executivo do Sindicato dos Policiais Penais do Paraná, Sindarspen, Sr. José Roberto Neves, integrante do Conselho da Polícia Penal do Paraná.

SR. JOSÉ ROBERTO NEVES: Bom dia a todos. É uma satisfação. Quero agradecer a Deputada Francischini e ao Deputado Tito, porque foram as pessoas que nos proporcionaram este momento. Aos convidados e aos demais, quero dizer que este momento é de construção, é de entregarmos um produto desta audiência pública e desta sessão solene, porque tantas coisas aqui foram ditas e é importante que catalisemos aqui, transformemos em texto, encaminhemos, para que possa servir como sugestão tanto para o Poder Executivo quanto para o Poder Legislativo, que são os dois Poderes que têm a possibilidade de criar mecanismos para que coloquemos em prática alguns postulados que pretendemos apresentar. É bom dizer que esses postulados foram construídos a partir da fala dos senhores aqui e têm o objetivo de constituir realmente esse produto em nome de todo sistema penal, mas, sobretudo, dos policiais penais do Paraná. Quero dizer que o objetivo desta carta, assim que aprovada e espero que



ela seja apresentada, vamos entregar tanto para o Governador do Estado quanto para o Presidente da Assembleia Legislativa. Vamos fazer um primeiro ato e, posteriormente, uma comissão vai sair daqui e simbolicamente protocolar ali na Casa Civil. Estão todos convidados para nos acompanhar até ali a Praça para que possamos fazer esse protocolo e, no período da tarde, vamos voltar até aqui e vamos até o gabinete do Deputado Presidente desta Casa para poder fazer esse protocolo simbólico. Deputada e Deputado Tito, vou me referir a vocês, quero aqui fazer um elogio a alguém que não está nesta Casa, mas que foi representado pelo Poder Executivo. O Maurício é hoje a maior autoridade aqui do Poder Executivo e é o nosso representante do Depen, e saiu dele a grande possibilidade de construirmos o que essa categoria tanto almeja, que é uma adequação do nosso plano, mas essa carta não se resume nisso. E eu quero, por falar de um dos itens que vocês vão ouvir aqui, fazer um elogio ao Governador do Estado. O Governador do Estado tem uma sapiência, uma maturidade política assim. Quando ele elencou a possibilidade de conceder às categorias da segurança pública, entre outras coisas, uma projeção salarial. O que quis, imagino, o nosso Governador fazer? É dar tranquilidade para os operadores de segurança para acabar com aquela tensão que acontece todos os anos quando não se reajusta salários, e ele pegou essas forças de segurança e disse: *“Olha, vocês estão protegidos. Terão essa projeção salarial.”* Assim foi para a Polícia Civil, assim foi para a Polícia Científica, que inclusive passou por esta Casa, e também é para as forças militares que esta Casa, se tudo der certo, aprovará ainda esta semana, que é essa reestruturação da Polícia Militar. E nessa carta temos a nossa e ficamos felizes quando fomos comunicados recentemente pela Casa Civil. Talvez vocês ainda não saibam, fomos convidados para participar de um encontro entre o Sindicato, o Departamento de Polícia Penal e a Secretaria de Segurança, na Casa Civil, na última semana de novembro. Imagino que possa dar tempo de encaminhar o nosso projeto junto com aqueles projetos maiores que vêm, todo final de ano, para Assembleia Legislativa do Estado. Nesse sentido, agradecemos muito a iniciativa do Sr. Governador. É bom saber que esse projeto tem alguns



pilares, mas é importante que lutemos. Pedimos para que os nossos nobres deputados aqui nos ajudem, como tem ajudado até agora, para que concretizemos e que ao final desse encontro na Casa Civil saímos de lá e comemoremos, porque vale a pena comemorar junto com vocês que lutaram conosco, que tanto nos apoiaram, e estão convidados para celebrar essa vitória desse plano que será aprovado sim e que virá para cá, que é a reestruturação da Polícia Penal. (Aplausos.) Vamos à carta intitulada *Carta de Curitiba, Carta da Polícia Penal: “Os policiais penais do Paraná, reunidos na cidade de Curitiba, na Audiência Pública ‘O papel do Policial Penal Frente aos novos desafios da profissão após as mudanças legislativas’, realizada na Assembleia Legislativa do Paraná, promovida pela Deputada Flávia Francischini, com coautoria do Deputado Tito Barichello, em parceria com o Sindarspen, no dia 11 de novembro de 2024, em alusão ao Dia do Policial Penal no Estado do Paraná, solememente proclamam às autoridades públicas e à população paranaense de modo geral:*

Postulado I – A Polícia Penal é essencial à sociedade, à justiça e à segurança pública do Estado Brasileiro, sendo um dos pilares do sistema de defesa social na preservação da segurança e da justiça criminal, do trabalho de polícia administrativa voltado à execução penal, de assegurar a efetivação da execução penal com vistas à reintegração da pessoa condenada por condutas reprovadas aos olhos da lei, ao mesmo tempo em que também é a ponte pela qual passa o direito transmitido a essas pessoas privadas de liberdade, por meio da sua assistência estatal.

Postulado II – A concepção de segurança pública com a preservação de direitos norteará os caminhos para o estabelecimento de uma política penitenciária criminal mais segura e humana na execução penal.

Postulado III – A segurança ostensiva e preventiva dentro dos estabelecimentos penais, aliadas à garantia de direitos constitucionais e humanos no processo de execução penal, amplia as possibilidades de êxito no combate ao crime organizado, que afronta as forças estatais dentro e fora dos presídios.

Postulado IV – Só há um Estado Democrático de Direito com um sistema de execução penal capaz de se mostrar efetivo diante dos desafios impostos pela criminalidade que



questiona a autonomia e poder do Estado, inclusive a sua própria prerrogativa do monopólio da violência para assegurar tranquilidade social. Postulado V – O foco da execução penal está na sentença do Poder Judiciário, que condena o crime, não na pessoa do criminoso e suas particulares não afetas ao ato delitivo. Postulado VI – O policial penal, cargo típico de carreira de Estado, com atribuições na atividade-fim da segurança pública e da execução penal, sendo vedadas a delegação dessas atividades para a iniciativa privada ou parcerias público-privadas. É imperioso que seu ingresso na carreira se dê exclusivamente mediante concurso público, como manda a Constituição Federal e a Constituição do Estado do Paraná. Postulado VII – A compreensão de êxito de uma segurança pública com direitos e garantias fundamentais, dentro de um Estado de Direito, também se faz com servidores públicos valorizados, bem capacitados, motivados, para a contribuição nesse ciclo que se inicia com a sentença condenatória e finaliza com o retorno da pessoa que cumpriu sua pena ao convívio social. Postulado VIII – E prestem atenção neste Postulado – Os policiais penais do Paraná passam neste momento por um período de esperança e de ansiedade sobre a possibilidade de ser votada nesta Casa Legislativa um Projeto do Poder Executivo do Estado do Paraná, que tratará de dar dignidade a esses servidores da segurança pública e da execução penal, com valorização da sua carreira, o que refletirá imediatamente em motivação profissional e melhora na qualidade dos serviços prestados à sociedade paranaense. Portanto, merecem irrestrito apoio ao Projeto de Lei aprovado pelo Conselho ou a minuta aprovado pelo Conselho da Polícia Penal e protocolado pelo Depen, em trâmite sob o protocolo nº 21977753/1. Todo mundo conhece de cor e salteado esse protocolo. Postulado IX – É importante que as mudanças das instituições públicas de fiscalização e controle do sistema prisional paranaense exerça suas prerrogativas também com um olhar aos servidores do sistema de execução penal, com destaque para os policiais penais, que são o principal elo entre o Estado que prende e o apenado que cumpre sua sentença. Postulado X – O Sindarspen, entidade representativa classista dos policiais penais e protagonista, e sempre foi, na luta por melhores



condições de trabalho e valorização dos policiais penais do Paraná, contribuindo assim para o engrandecimento do Departamento de Polícia Penal do Estado como órgão de segurança pública e justiça criminal, na estrutura administrativa do Estado do Paraná. Diante desses apontamentos, submetemos esta carta aos participantes desta audiência pública, na data de hoje, nesta Casa, e ao final vamos sugerir que ela seja aprovada por aclamação e a cópia será protocolada na Casa Civil do Governo do Paraná e na Presidência desta Casa de Leis". Lido os dez postulados, digo que esta é a Carta de Curitiba, que lida peço aprovação por todos os presentes com uma revolucionária salva de palmas. (Aplausos.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Antes de finalizarmos aqui a nossa audiência, vou passar rapidinho para...

SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS: Sua atenção, por gentileza, senhores, a nossa Presidente.

SR.^a VANDERLEIA LEITE: Deputados aqui presentes, proponentes da audiência pública, fica aqui um pedido, uma sugestão, se for possível, porque teremos agora o intervalo de almoço, mas retornaremos para acompanhar a sessão agora à tarde, a leitura dessa carta que foi aprovada aqui. Se um dos deputados puder fazer essa leitura na tribuna agradecemos desde já. Agradecemos a oportunidade aqui e aproveitar e fazer um convite a todas as autoridades presentes, que a nossa atividade do *Dia do Policial Penal* se encerra com um almoço que nós teremos agora, no Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, onde vamos apresentar um livro lançado pelo advogado do Sindarspen sobre processos administrativos. Então, fica também um convite para que estejam conosco prestigiando esse almoço de confraternização e apresentação do livro, Deputada Flávia, Deputado Tito e demais presentes. Obrigada.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini): Hoje temos um plenário diferente, tem votação à tarde, mas já me comprometo em fazer essa leitura, e estamos caminhando para o final deste nosso encontro. Eu agradeço – e aqui posso falar com toda certeza em nome da Assembleia, da Casa Legislativa –, a



presença de vocês que se disponibilizaram a estar aqui. Eu acho que a força une, a força faz com que alcancemos os nossos objetivos em qualquer esfera. Agradeço também a possibilidade de estar fazendo esta solenidade, de estar hoje como Presidente desta solenidade, principalmente pela abertura que vocês nos deram, do sindicato, que desde o início do ano tem nos visitado, conversado, enfim, somos maiores e mais fortes todos juntos: Executivo, Legislativo, Judiciário. Com as pessoas todas juntas fazemos um trabalho maior. O nosso gabinete está sempre de portas abertas, o meu, do Tito, eu posso falar com toda certeza, do Deputado Alexandre Curi, que queria muito estar aqui, que será o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, no ano que vem, vou estar com ele como 1.^a Vice-Presidente. Ele também gostaria muito de estar aqui, mas está nas articulações lá em cima, realmente com muito atendimento. E quero deixar do fundo do coração o nosso profundo respeito, solidariedade, carinho e apreço pelo trabalho de vocês. Podem ter certeza que reconhecemos sim, e quanto mais pudermos fazer, quanto mais pudermos representar a cada um de vocês, o trabalho e o esforço, podem ter certeza que vamos fazer sim. À disposição sempre, uma boa segunda-feira, uma boa semana para todos nós. (Aplausos.)

“LEVANTA-SE A SESSÃO”.

(Sessão Solene realizada no Plenarinho do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, iniciada às 9h30.)